

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
LUCINÉIA BERNARDI

**A METODOLOGIA UTILIZADA PARA A QUALIFICAÇÃO DO JOVEM
APRENDIZ EM FLORIANÓPOLIS: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

FLORIANÓPOLIS
2010

LUCINÉIA BERNARDI

**A METODOLOGIA UTILIZADA PARA A QUALIFICAÇÃO DO JOVEM
APRENDIZ EM FLORIANÓPOLIS: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina como
requisito parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Carla Rosane Bressan

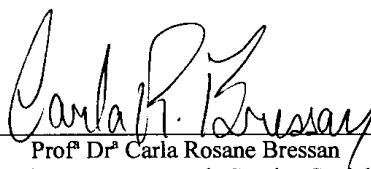
FLORIANÓPOLIS
2010/2

LUCINÉIA BERNARDI

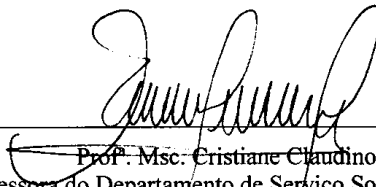
Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 25 de novembro de 2010.

BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Carla Rosane Bressan
Professora do Departamento de Serviço Social – UFSC
Orientadora



Profª. Msc. Cristiane Claudino
Professora do Departamento de Serviço Social – UFSC
Primeira Examinadora



Talita Martinelli
Assistente Social – Instituto Engevix
Segunda Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

Ao meu Pai, Senhor, Salvador e Mantenedor que deu a vida e a tem mantido em todo o tempo, oportunizando-me desbravar este mundo em busca de meus sonhos e objetivos. Por ter-me permitido vir a este mundo sob os cuidados de meus pais, Vergilio e Tereza e aprender com eles a ser “gente”. Por ter-me permitido conviver durante tantos anos com meu pai amado antes de fazê-lo dormir o sono da morte, aguardando a vinda de Jesus. Com ele, aprendi tudo o que sei – e o que não sei certamente ele não teve tempo para me ensinar. O mérito de ter chego até aqui também é seu, pai; foi contigo que aprendi a ser perseverante e determinada. Pena não poder compartilhar contigo este momento de realização.

Aos meus pais “emprestados” Liliam e Osnei, pelo amor a mim dedicado.

Ao meu noivo Adriano, por me entender e apoiar mesmo não podendo fazer muito para ajudar. Por me cobrar a produção perguntando: “quantas páginas”, indicando que não devia desanimar ou esmorecer, mas a continuar até o fim. Por me acarinhar nos momentos finais, nos quais o desespero foi constante, e a enxugar minhas lágrimas cansadas de tanto pensar... Por ter-me dado uma segunda família, na qual meu sogro, Sr. Aurino, e minha sogra, Sra. Maria, fazem sentir-me acolhida. Por cuidarem de mim, preocuparem-se e, principalmente, por me apoiarem neste momento tão importante.

Aos meus amigos, por compreenderem minha ausência.

À Professora Carla, por sua orientação neste trabalho, por compreender minha total falta de tempo e por não me fazer cobranças exacerbadas que não poderia responder.

À Assistente Social Talita Martinelli, supervisora de estágio do Instituto Engevix, por me oportunizar o aprendizado e me orientar quanto aos rumos a escolher profissionalmente.

Aos amigos que fiz durante este período na universidade, pelos bons momentos, pelas trocas de experiências, pela cumplicidade nos dias de provas, pelo companheirismo para realizar trabalhos em grupo. Certamente todos os momentos ficarão guardados na memória e sentirei saudade...

Em especial, à Aline, companheira de lágrimas e risos. Deus sempre sabe o momento certo para cada coisa neste universo e Ele sabia que nossa amizade tinha propósito. Propósito este que ia além de trocas de momentos acadêmicos. Obrigada por permitir que Ele a usasse para encontrar meu companheiro da vida toda.

Enfim, obrigada a todos que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse até aqui e concluísse esta etapa tão árdua e tão esperada de minha vida.

“É muito melhor arriscar coisas grandiosas, alcançar triunfos e glórias, mesmo expondo-se à derrota, do que formar fila com os pobres de espírito que nem gozam muito nem sofrem muito, porque vivem nessa penumbra cinzenta que não conhece vitória nem derrota.”

Theodore Roosevelt

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem o objetivo de conhecer, analisar e apurar a efetividade da qualificação técnica oferecida aos adolescentes e jovens encaminhados ao mercado de trabalho pelas entidades técnico qualificadoras de Florianópolis. Para tanto mapearemos quem são e onde estão as entidades qualificadoras de Florianópolis, por meio das informações disponibilizadas no site do Ministério do Trabalho e Emprego. Neste sentido demonstraremos quais cursos são oferecidos para a qualificação do jovem aprendiz e que metodologia educacional é utilizada para esta qualificação. Realizaremos uma pesquisa qualitativa exploratória, buscando a amplitude do tema a ser estudado. Como instrumento de pesquisa, optamos pela entrevista semi estruturada que permitirá ao entrevistado discorrer livremente sobre o assunto abordado. Como amostra de pesquisa delimitou-se 05 instituições segundo critério de seleção elaborado. Concluímos comprovando que o número de vagas para a qualificação do jovem aprendiz em Florianópolis é insuficiente e que a qualificação oferecida precisa ser reestudada para que alcance seu propósito, segundo a legislação específica, garantindo uma educação profissional inovadora.

Palavras-chave: qualificação; jovem aprendiz; aprendizagem.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Inserção no Mercado de Trabalho	_____	17
Gráfico 2: Postos de Trabalho Formal e Informal	_____	17
Gráfico 3: Renda Per capita por Família	_____	18
Gráfico 4: Evolução do Emprego Formal na Década de 90	_____	33
Gráfico 5: Tipo de Cursos de Qualificação Oferecidos em Florianópolis	_____	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Número de Alunos Atendidos por Faixa Etária e Por Modalidade de Atendimento	21
Quadro 2: Qualificações ESPRO	24
Quadro 3: Qualificações CIEE – SC	24
Quadro 4: Qualificações AFLOV	25
Quadro 5: Qualificações PROMENOR	25
Quadro 6: Qualificações Centro Cultural Escrava Anastácia	25
Quadro 7: Qualificações FUCAS	26
Quadro 8: Qualificações Projeto Pescar	26
Quadro 9: Qualificações Irmandade do Divino Espírito Santo	26
Quadro 10: Qualificações RENAPSI	26

LISTA DE SIGLAS

AFLOV – Associação Florianopolitana de Voluntários

CIEE – Centro de Integração Empresa Escola

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

ECA – Estatuto da Criança e Adolescente

ESPRO – Associação de Ensino Social Profissionalizante

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PROMENOR – Associação Promocional do Menor Trabalhador

RENAPSI – Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SESC – Serviço Social do Comércio

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 INSTITUTO ENGEVIX E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	14
1.1 Instituições Qualificadoras de Jovem Aprendiz em Florianópolis	23
2 MERCADO DE TRABALHO VERUS QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	31
2.1 Terceiro Setor e Inserção Profissional	36
3 A CONDIÇÃO DE APRENDIZ E SUAS ESPECIFICIDADES	46
3.1 Aportes Legais	46
3.2 A Qualificação Profissional em Florianópolis	50
3.2.1 Eixos de análise da pesquisa	50
<i>3.2.1.1 Quanto à metodologia educacional adotada</i>	51
<i>3.2.1.2 Quanto aos eixos norteadores da proposta educacional versus procedimentos específicos para a qualificação oferecida</i>	51
<i>3.2.1.3 Quanto à estrutura de funcionamento e o acompanhamento oferecido aos jovens</i>	52
<i>3.2.1.4 Quanto aos cursos ofertados pelas entidades qualificadoras e os mais procurados pelos jovens</i>	53
<i>3.2.1.5 Quanto ao acompanhamento do jovem aprendiz egresso dos programas; oportunidades aproveitadas; continuidade dos estudos e efetiva inserção profissional</i>	54
3.3 Diferenciais Metodológicos Apresentados	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	61
APÊNDICES	65
Apêndice A: questionário da entrevista com as entidades qualificadoras	66
Apêndice B: respostas das entrevistas com as entidades qualificadoras	67
ANEXOS	73
Anexo A: Estatuto do Instituto Engevix	74
Anexo B: Organograma do Instituto Engevix	86
Anexo C: Plano de Trabalho do Serviço Social do Instituto Engevix	87
Anexo D: Lei da Aprendizagem	100

INTRODUÇÃO

A inserção no mercado de trabalho não é tarefa fácil, sendo que a qualificação e experiência exigidas para tanto tem frustrado as expectativas de muitos jovens trabalhadores. Dado o nível de avanço do modo de produção capitalista, tem exigido um trabalhador competitivo e que seja multifuncional, com experiência profissional e facilidade para trabalhar em equipe. Torna-se então um grande desafio aos jovens que pretendem ingressar no mercado de trabalho, fazendo parte da massa de trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho.

A qualificação e experiência exigidas para a inserção do jovem no mercado de trabalho têm frustrado suas expectativas na busca por uma vaga de emprego. O modo de produção capitalista, cooptadas pelo neoliberalismo implantado na década de 90, exige um trabalhador competitivo que seja multifuncional, comprometido, com experiência profissional e facilidade para trabalhar em equipe. Assim, para que todos estes requisitos sejam completados faz-se necessário uma qualificação destes jovens que pretendem fazer parte da massa de trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho.

Na sociedade capitalista vigente estar inserido no mercado de trabalho é fundamental para a manutenção individual e coletiva de sustento, já que, vender sua força de trabalho, é a única alternativa racional que resta ao indivíduo que preza por sua sobrevivência. Assim, podemos dizer que o homem é produtor de sua existência, o que ontologicamente se confirma já que é o trabalho que gera as condições de subsistência tanto suas como daqueles que dependem de sua força de trabalho para a manutenção diária das condições de vida. Deste modo, de um lado encontram-se adolescentes em busca de uma oportunidade de emprego e, de outro, um modelo econômico excludente e exigente. Dessa situação desfavorável, fez-se necessário a criação de programas capazes de contribuir para a integração/adaptação de jovens à sociedade e de apoio à formação de trabalhadores.

Para regular a inserção do jovem no mercado instituiu-se a Lei da Aprendizagem (nº 10.097/2000) que visa a promoção da qualificação técnica para que estes possam ter aportes teóricos e experiência prática, oportunizado-lhes acesso ao mercado de trabalho. Esta qualificação, segundo a Lei, pode ser oferecida comumente pelo Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR, SENAT, SESCOOP) e por entidades sem fins lucrativos. Estas últimas são o foco de estudo deste trabalho a partir do levantamento

realizado no Cadastro Nacional de Aprendizagem do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Este trabalho foi motivado pela experiência de estágio realizado no Instituto Engevix, quando constatou-se o número de adolescentes e jovens em idade para ingressar no mercado de trabalho e que encontram dificuldades para tanto em virtude de demanda reprimida de indivíduos já cadastrados nas entidades qualificadoras de Florianópolis.

Na busca de oportunizar a inserção profissional dos adolescentes que hoje frequentam os programas Projeto Jornada Ampliada e Curso Profissionalizante de Informática no Instituto Engevix, o Serviço Social tem como meta apresentar a proposta para a empresa Engevix Engenharia S.A tornar-se qualificadora técnico metódica segundo regulamentado do MTE sendo registrada no Cadastro Nacional de Aprendizagem.

Iniciamos pelo levantamento de quem são e onde estão as entidades sem fins lucrativos de Florianópolis que prestam qualificação ao jovem aprendiz, assim como quais cursos são oferecidos e principalmente o tipo de qualificação que é ministrado para, a partir desse trabalho, o Instituto Engevix ter referenciais suficientes com vista a análise da viabilidade da implantação do programa jovem aprendiz na instituição. Porém, no âmbito do Serviço Social da instituição, a expectativa é poder proporcionar um curso inovador, oportunizando uma qualificação técnica capaz de transformar o indivíduo em protagonista de sua inserção profissional. Um curso que seja uma oportunidade não apenas na área específica cursada, como também ampliando seus horizontes e situando-o como sujeito de direitos, capaz de buscar a melhoria da qualidade de vida de sua família e de sua comunidade.

Neste sentido, o presente estudo delineou-se a partir do objetivo de conhecer, analisar e apurar a efetividade da qualificação técnica oferecida aos adolescentes e jovens assistidos pelo Instituto Engevix encaminhados ao mercado de trabalho pelas entidades técnico qualificadoras de Florianópolis, principalmente mapeando e conhecendo a rede assistencial técnico profissional qualificadora do Jovem Aprendiz em Florianópolis, bem como a modalidade dos serviços ofertados.

Para alcançarmos os objetivos propostos usamos da metodologia de pesquisa qualitativa exploratória que visa ter uma perspectiva ampla do tema a ser estudado. A partir das análises realizadas pretendemos chegar a indicadores importantes quanto a hipótese levantada, qual seja a de verificar a viabilidade de implantação do projeto jovem aprendiz no Instituto Engevix. Deste modo, este trabalho está organizado em três seções.

Na primeira seção que tem como título INSTITUTO ENGEVIX, apresentamos o Instituto Engevix, suas atribuições no trato com as crianças e adolescentes atendidos, seus

projetos e ações, sua estrutura de funcionamento, a intenção de ampliar o atendimento implantando o programa jovem aprendiz.

Apresentamos ainda, segundo levantamento realizado no *site* do MTE, as entidades qualificadoras de jovem aprendiz em Florianópolis.

Na segunda seção, MERCADO DE TRABALHO *VERSUS* QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL faremos um resgate teórico de autores quanto ao mercado de trabalho e educação profissional, além de analisar o trabalho do terceiro setor neste espaço sócio-ocupacional, suas contribuições e o papel do Estado frente à necessidade de implantação de políticas públicas que ampliem as vagas de trabalho.

Na terceira seção, intitulada A CONDIÇÃO DE APRENDIZ E SUAS ESPECIFICIDADES, traremos considerações quanto à Lei da Aprendizagem (nº 10.097/2000), a regulamentação do trabalho a partir dos 14 anos de idade, o que compete à empresa contratante e os direitos e deveres do jovem aprendiz. Nesta seção ainda analisaremos a pesquisa desenvolvida nas entidades qualificadoras de Florianópolis, delimitadas como amostra de pesquisa, além de sugerirmos alguns caminhos a serem seguidos pelo Instituto Engevix para elaborar a qualificação a ser oferecida ao jovem aprendiz.

Como considerações finais resgataremos algumas observações feitas durante a elaboração deste trabalho, especialmente quanto à pesquisa realizada com as instituições qualificadoras de Florianópolis.

1 INSTITUTO ENGEVIX E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A motivação inicial deste trabalho advém da necessidade de uma sistematização das ações necessárias para um efetivo encaminhamento dos adolescentes e jovens assistidos pelo Instituto Engevix ao mercado de trabalho. Todavia, a Instituição não é regulamentada junto ao Ministério do Trabalho e Emprego como técnico qualificadora metódica, porém, apresenta demanda de jovens que buscam encaminhamento ao mercado de trabalho, demanda esta oriunda dos adolescentes assistidos na instituição, pelo do projeto Jornada Ampliada, bem como por aqueles que se vinculam à ela motivados pela busca da qualificação do Curso Profissionalizante de Informática, oferecido a toda comunidade da Grande Florianópolis de forma totalmente gratuita. Observa-se que as instituições registradas junto ao Ministério do Trabalho e Emprego que fazem o encaminhamento e a qualificação dos adolescentes e jovens da Grande Florianópolis, ao mercado de trabalho apresentam uma demanda reprimida significativa e crescente¹ em relação ao número de vagas existente. Esse quadro reforça a necessidade de buscar novas parcerias e de ampliar o número de entidades técnico qualificadoras metódicas, no sentido de atender a um maior número de indivíduos, segundo a necessidade apresentada.

Este estudo intenta vislumbrar a efetividade da qualificação técnica oferecida aos adolescentes e jovens nas instituições técnico qualificadoras metódica de Florianópolis para que o curso a ser ofertado pelo Instituto Engevix tenha a qualificação e a efetividade necessária para a aprendizagem dos adolescentes e jovens a que se destina.

A criação do Instituto Engevix foi impulsionada pela necessidade encontrada junto à comunidade do maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis, onde os proprietários da empresa Engevix Engenharia S/A realizavam algumas ações sociais, dentre as quais destaca-se a oferta de presentes para as crianças de algumas instituições anualmente, durante a época de Natal. Mais tarde, passaram a contribuir na manutenção destas entidades e, em paralelo, começaram a doar computadores usados e recuperados da Engevix Engenharia para escolas municipais. Nasceu, então, a idéia de organizar um curso de informática para crianças de comunidades vulneráveis com computadores recuperados. Delineou-se, assim, o projeto que hoje, presta atendimento a 92 crianças e adolescentes da Grande Florianópolis em dois turnos.

¹Informações obtidas junto a Instituição PROMENOR que apresenta mais de 300 jovens aguardando na demanda reprimida.

O Instituto Engevix é uma organização de natureza privada, instituído em 1º de março de 2004, sendo fruto de uma política de responsabilidade social da empresa Engevix Engenharia S/A, patrocinadora e mantenedora da entidade. Caracterizada como organização filantrópica, o Instituto Engevix tem a quase totalidade de seus recursos advindos da política de responsabilidade social da empresa a que está vinculado, cuja manutenção do espaço físico e da folha de pessoal é de inteira responsabilidade da Engevix Engenharia S/A.

O Serviço Social da entidade, no entanto, no intuito de trazer outros recursos para a instituição tem buscado firmar parcerias com outros órgãos e projetos da rede assistencial como Mesa Brasil – SESC (Serviço social do Comércio), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil de Florianópolis – PETI, empresa Massita Alimentos Ltda, entre outras. Nestes casos, os recursos são obtidos por meio de doação de alimentos que tanto são usados nas refeições oferecidas às crianças e adolescentes atendidos, como fornecidos para que as crianças e adolescentes levem-nos para casa. No caso do PETI, é disponibilizado valor específico para contratação de educadores que atuam em oficinas destinadas a educação das crianças e adolescentes da instituição.

Cerca de 19 profissionais estão envolvidos nas atividades do Instituto Engevix. A entidade conta com coordenadora geral, assistente social, pedagoga, técnicos pedagógicos, professores de artes, espanhol, inglês, música, atividades físicas e capoeira, psicóloga, dentista, fonoaudióloga, auxiliar administrativo, cozinheira e auxiliar de cozinha, zelador e auxiliar de serviços gerais.

O Instituto Engevix está situado na Rua Major Costa, 517 – centro de Florianópolis. Sua estrutura física está dividida em sala de recepção, sala de coordenação, biblioteca, refeitório, salas de informática, sala de atendimento psicológico, sala de atendimento do Serviço Social, sala de apoio pedagógico, sala para oficinas, consultório odontológico, sendo que este espaço também é usado para atendimentos fonoaudiológicos, além de pátio e jardim, que abrangem a área externa da instituição.

É por meio dos projetos Jornada Ampliada e Curso Profissionalizante de Informática, que o Instituto Engevix desenvolve serviços que dão apoio a todas as atividades realizadas na instituição². As famílias das crianças e adolescentes assistidos também recebem atendimento, quando identificado a necessidade pelo Serviço Social da instituição. Tal intervenção faz-se necessária para que a efetividade das ações com os alunos obtenha seu êxito. Assim, os profissionais de Psicologia e Serviço Social, a partir de um trabalho interdisciplinar, procuram

²**Fonte:** ENGEVIX. **Portal Engevix** (sítio 2010). Disponível em: <http://www.institutoengevix.com.br>. Acesso em: 20 mai. 2010.

identificar as interfaces dos problemas apresentados no cotidiano da instituição no trato com as crianças e adolescentes, oportunizando um atendimento psicológico e assistencial para as famílias. Desta forma os vínculos são fortalecidos e as dificuldades sanadas com mais eficácia e facilidade.

As famílias atendidas pelo Instituto Engevix, em sua maioria oriundas das comunidades do entorno do Maciço do Morro da Cruz, apresentam especificidades quanto a sua condição social, educacional e obtenção de renda. Segundo o Relatório Semestral de Atividades do Serviço Social da instituição, observa-se que:

As comunidades pertencentes ao Maciço do Morro da Cruz são famílias que vivenciam, na sua maioria, uma situação de pobreza acentuada, apresentando problemas, principalmente nas áreas de garantia de alimentos, saneamento básico, com reflexos na saúde, habitação e baixa escolaridade. Algumas famílias possuem como agravante um elevado índice de alcoolismo e uso de entorpecentes que as deixa à margem da sociedade e causa desentendimentos sociais e domésticos. (ENGEVIX, 2010)

Outra realidade vivenciada pelo Serviço Social da instituição, diz respeito a inserção profissional dos mantenedores destas famílias. Em sua maioria, ocupam postos de trabalho informal, nos quais, a baixa escolaridade e a falta de qualificação técnica os deixam a mercê de oportunidades subalternas de emprego e sem condições de obtenção de renda suficiente para a manutenção de alimentação e moradia adequada.

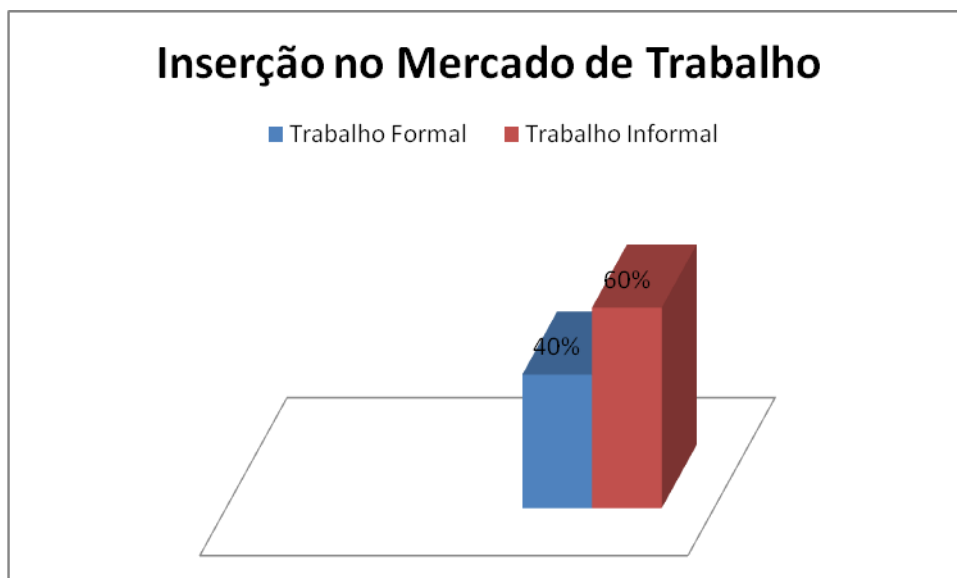


Gráfico 1: Inserção no Mercado de Trabalho

Fonte: Relatório Semestral de Atividades do Serviço Social do Instituto Engevix (Martinelli,2010)

A baixa escolaridade e a falta de qualificação para o trabalho, anteriormente mencionadas, resultam em altos índices de desemprego, o que acaba por facilitar a aceitação das oportunidades oferecidas pelo tráfico de drogas e entorpecentes. Do total de famílias atendidas pelo Instituto Engevix em 2009, observe-se:

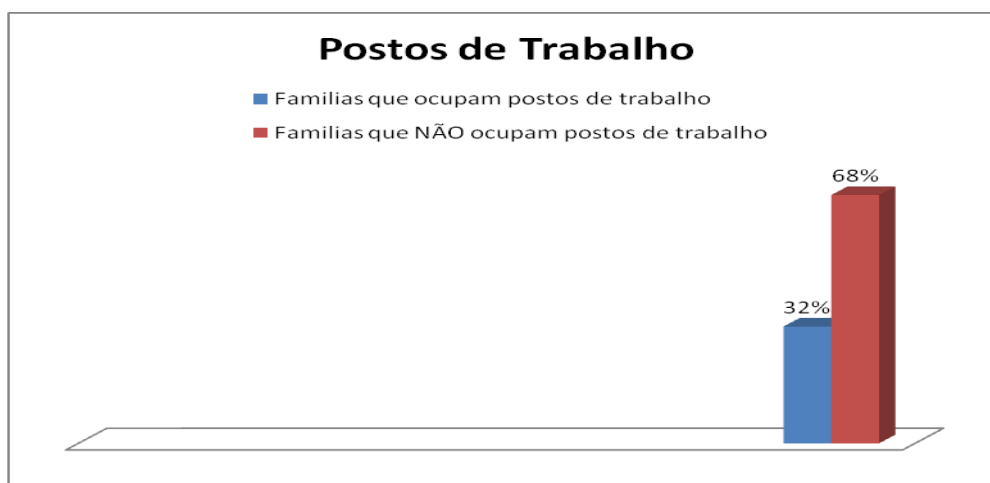


Gráfico 2: Postos de Trabalho Formal e Informal

Fonte: Relatório Semestral de Atividades do Serviço Social do Instituto Engevix (Martinelli,2010)

Observa-se, portanto, que a inserção no mercado de trabalho formal das famílias atendidas pelo Serviço Social do Instituto Engevix apresenta-se de forma deficitária, segundo levantamento da própria instituição. Esta realidade afeta diretamente a renda per capita das famílias, segundo observa-se no gráfico abaixo:

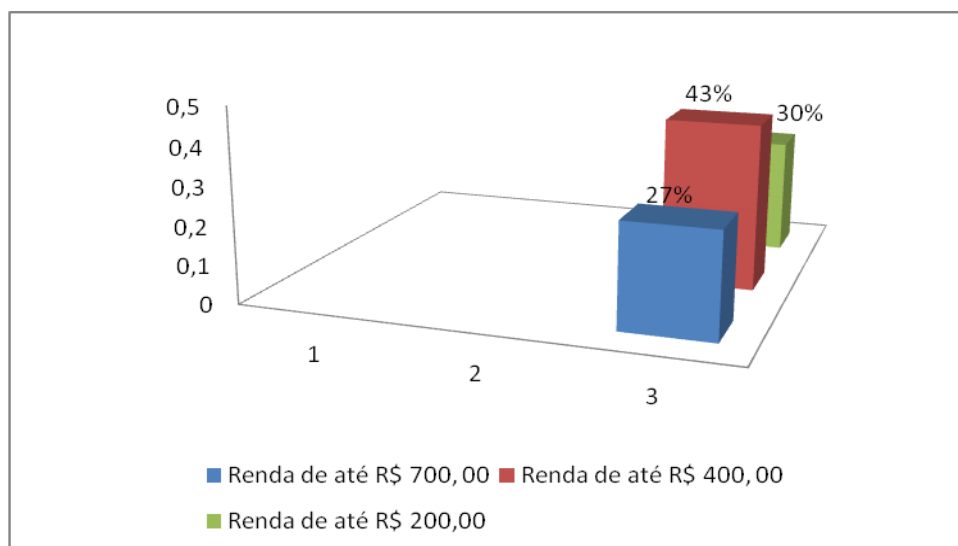


Gráfico 3: Renda Per capita por Família

Fonte: Relatório Semestral de Atividades do Serviço Social do Instituto Engevix (Martinelli, 2010)

Assim, entende-se as muitas dificuldades econômicas e sociais que se apresentam a estas famílias são provenientes dos déficits educacionais e da falta de qualificação dos indivíduos. O Instituto Engevix procura transformar esta realidade a partir de seu trabalho sócio-educativo no atendimento as crianças e adolescentes advindos deste contexto, oportunizando melhores condições às crianças e adolescentes oriundos destas famílias, favorecendo-lhes a tomada de decisões e escolhas por melhores oportunidades de trabalho e renda.

Segundo o Plano de Trabalho do Serviço Social (Martinelli, 2010), o Instituto Engevix tem como objetivo promover através de um conjunto de ações sócio-educativas a melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes, de 07 a 14 anos de idade, em estágio de vulnerabilidade social advindos de diversas comunidade da grande Florianópolis, principalmente de comunidades do entorno do Morro da Cruz, visando o reconhecimento e o fortalecimento de sua cidadania, enquanto sujeitos em desenvolvimento.

O Estatuto de criação do Instituto Engevix salienta que a linha de trabalho que permeia as ações desenvolvidas pela entidade, devem buscar continuamente, formas inovadoras de enriquecer o aprendizado e a capacidade criativa de cada criança e adolescente, auxiliando no seu desenvolvimento bio-psico-pedagógico e social e, com isso, prepará-los para o exercício de sua cidadania, assegurando-lhes, assim, os direitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei n.º 8.069/90 que regulamenta o art. 227 da Constituição Federal. De acordo com o art. 4.º do Estatuto da Criança e Adolescente:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (ECA, 1990)

Além dos direitos garantidos pelo ECA, o Instituto Engevix assegura o direito à assistência social, que é garantido pela Constituição Federal em seu art. 203, e regulamentado pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 através da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, que tem por objetivos, entre outros, a proteção à família, à infância e à adolescência (inciso I), o amparo às crianças e adolescentes carentes (inciso II) e a promoção da integração ao mercado de trabalho (inciso III), que se dá por meio de um conjunto articulado de ações de iniciativa pública e da sociedade³.

Para garantir a efetivação destes direitos, assegurados em lei, o Instituto Engevix desenvolve suas ações tendo como base o Projeto Jornada Ampliada e o Curso Profissionalizante de Informática anteriormente citados. Os principais objetivos no projeto Jornada Ampliada, segundo Plano de Trabalho do Serviço Social (Martinelli, 2010) são:

- Oportunizar o acesso a um conjunto de ações sócio-educativas, por meio de oficinas, propiciando a socialização e o exercício da cidadania;
- Possibilitar uma ação educativa por meio do apoio pedagógico, como complemento às ações das escolas frequentadas pelos mesmos;
- Desenvolver nas crianças e adolescentes a autoestima, o autoconhecimento, bem como desenvolver seus potenciais e orientar sobre os direitos e deveres do cidadão;

³Fonte: Plano de Trabalho do Serviço Social do Instituto Engevix (Martinelli, 2010)

- Proporcionar à criança e ao adolescente um espaço aberto, criativo e estimulador, onde a arte, a cultura, a educação e o lazer possibilitem, gradativamente, o fortalecimento de suas necessidades.
- Principais objetivos no projeto Curso Profissionalizante de Informática:
- Promover a inclusão social e tecnológica por meio da iniciação ao aprendizado da informática;
- Desenvolver conhecimento por meio de softwares de escritório mais utilizados;
- Oportunizar uma futura inserção qualificada ao mercado de trabalho.

Para atender aos objetivos propostos nos referidos programas, o Instituto Engevix conta com uma equipe técnica multidisciplinar, já citada anteriormente, estritamente preparada para atender a todas as crianças e adolescentes, bem como adultos e idosos, respeitando a especificidade de cada faixa etária.

Para se ter acesso aos Programas do Instituto Engevix foram estabelecidos alguns critérios básicos:

Para a jornada ampliada – 07 a 14 anos

- Estar devidamente matriculado em estabelecimento público de ensino;
- Estar freqüentando as aulas.

Crianças que apresentam vulnerabilidade social acentuada ou ainda, dificuldade de aprendizado ou encaminhadas pela rede assistencial (Conselho Tutelar, Escolas, outras instituições da rede assistencial), tem atendimento priorizado.

Para os cursos profissionalizantes/informática – a partir de 15 anos

- Estar devidamente matriculado em estabelecimento público de ensino e estar freqüentando as aulas;
- Ter concluído até o 9º ano do ensino fundamental.

Com a proposta de jornada ampliada, em que os alunos ficam um período na escola e outro no programa, o Instituto Engevix atende a 92 alunos, distribuídos nos turnos matutino e vespertino e 120 adolescentes, jovens, adultos e idosos nos cursos profissionalizantes. Totalizando, assim, segundo a estrutura institucional oportuniza, mais de 200 indivíduos atendidos em seus programas e ações, conforme pode ser observado a seguir:

NÚMERO DE ALUNOS ATENDIDOS POR FAIXA ETÁRIA E POR MODALIDADE DE ATENDIMENTO	TOTAL DE VAGAS DISPONIBILIZADAS PELO PROGRAMA	TOTAL DE VAGAS OCUPADAS	
		PERÍODO MATUTINO	PERÍODO VESPERTINO
Crianças 07 -11 anos (jornada ampliada)	46	23	23
Adolescentes 12 – 14 anos (jornada ampliada)	46	23	23
Adolescentes a partir de 15 anos, jovens, adultos e idosos (informática profissionalizante)	120	60	60

Quadro 1: Número de Alunos Atendidos por Faixa Etária e Por Modalidade de Atendimento

Elaboração: Assistente Social Talita Martinelli⁴

Os serviços oferecidos às crianças e adolescentes atendidos pelo Instituto Engevix são: apoio pedagógico com a supervisão de psicopedagoga, atendimento psicológico, fonoaudiológico, odontológico e assistencial além de alimentação nutritiva e de boa qualidade. Oferece ainda Curso Profissionalizante de Informática, oficinas de artes, capoeira, música, aulas de inglês, espanhol, informática e distribuição de agasalhos e cestas básicas⁵.

Conforme referenciado no Plano de Trabalho do Serviço Social (Martinelli, 2010) do Instituto Engevix, suas ações práticas com crianças e adolescentes e suas famílias, consistem na promoção desses sujeitos, no sentido de lhes oportunizar o acesso a um conjunto de atividades que permitam o desenvolvimento e o fortalecimento de sua cidadania.

A prática inclusiva que possibilite o acesso à educação, à cultura, à convivência familiar e comunitária, o reconhecimento de seus direitos estabelecidos pelo ECA, torna-se, no contexto do exercício profissional do assistente social, elemento primordial para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes atendidos no seu processo.

Levando-se em consideração que o trabalho do assistente social tem como base o reconhecimento do papel da família no processo de formação e desenvolvimento dos sujeitos, ele contribui para o fortalecimento dos laços familiares, oportunizando um espaço de socialização e construção de identidade e permitindo que os envolvidos no programa como

⁴Fonte: Plano de Trabalho do Serviço Social do Instituto Engevix (Martinelli, 2010)

⁵Fonte: Estatuto Social e Plano de Trabalho do Serviço Social do Instituto Engevix (Martinelli, 2010)

entes participativos e como sujeitos de direitos, além de contribuir com o trabalho multidisciplinar, junto aos demais profissionais do programa.

Sabe-se que os resultados que se pretende atingir demandam esforços articulados e não isolados. Mais ainda, é preciso reconhecer que este é um processo lento, gradual e que requer, acima de tudo, um compromisso de todos que integram o programa, inclusive das famílias, no intuito de promover a melhoria da qualidade de vida dessas crianças e adolescentes.

Tomando como referência a necessidade elencada, de melhoria da qualidade de vidas dos sujeitos, o Serviço Social do Instituto Engevix objetiva ampliar seu atendimento institucional oferecendo qualificação técnica para que os adolescentes a partir de 14 anos de idade possam buscar sua inserção no mercado de trabalho, a partir da construção de saberes técnicos, profissionais e psicossociais, capaz de oportunizar a qualificação necessária imprescindível para obter uma oportunidade de inserção profissional.

Atualmente, os adolescentes que integram o projeto Jornada Ampliada, ao completarem a idade máxima de 15 anos de idade, segundo, são desligados da instituição normas do Instituto Engevix. Este corte de vínculos, para o Serviço Social da instituição, traz prejuízos a toda a trajetória de conquistas alcançadas nos anos em que o adolescente esteve nas atividades do projeto. Ainda que orientações sejam feitas quanto à busca de oportunidades nas entidades qualificadoras de jovem aprendiz de Florianópolis, muitas vezes as demandas reprimidas destas entidades acabam por não oportunizar o esperado pelo adolescente, causando-lhe a frustração de permanecer com a ociosidade num período em que estava inserido nas atividades do Instituto Engevix. Neste sentido, a ampliação das atividades, organizando-se a qualificação para o mercado de trabalho, possibilitaria que a continuidade dos atendimentos prestados até a faixa etária de 14 anos de idade fosse estendida e a inserção no mercado de trabalho oportunizada.

O Instituto Engevix atende a 23 adolescentes no Projeto Jornada Ampliada, com faixa etária entre 13 e 14 anos de idade que, segundo a Lei da Aprendizagem⁶, podem ingressar no mercado de trabalho como Jovem Aprendiz. Salienta-se que a estrutura física apresentada pelo Instituto Engevix, aproveitada de maneira sistemática, oferece as condições necessárias para a implantação do programa de qualificação do Jovem Aprendiz no mercado de trabalho. Desta forma, completaria-se, o intuito do Instituto Engevix em oferecer subsídios para que as

⁶A aprendizagem é estabelecida pela Lei nº 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto nº. 5.598/2005. Estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratarem adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos. Fonte: BRASIL. **Portal MTE** (sítio 2010). Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em: 16 jun.. 2010.

crianças, adolescentes e jovens das comunidades vulneráveis da Grande Florianópolis possam ter melhores perspectivas quanto a sua formação educacional.

Portanto, visando a implantação do Projeto Jovem Aprendiz no Instituto Engevix, pretende-se sistematizar todas as ações para tanto, vislumbrando o curso de qualificação mais adequado ao público em questão, ao mesmo tempo em que se buscou desvelar a eficácia dessa qualificação técnica oferecida ao jovem aprendiz inserido no mercado de trabalho.

1.1 Instituições Qualificadoras de Jovem Aprendiz em Florianópolis

A pesquisa ora desenvolvida é de base qualitativa exploratória pois busca uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais, apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social. Assim, O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível. (CHIZZOTTI, p. 144 , 2006).

Quanto à pesquisa exploratória, Piovasan e Temporini, (1995), salientam que a mesma tem como objetivo conhecer a variável do estudo como este se apresenta, sendo seu significado e o contexto onde se insere. Para os mesmos autores define-se pesquisa exploratória, na qualidade de parte integrante da pesquisa principal, como o estudo preliminar realizado com a finalidade de melhor adequar o instrumento de medida à realidade que se pretende conhecer.

Na busca deste estudo preliminar, mencionado pelos autores, pesquisou-se no site do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE as entidades qualificadoras de cunho não governamental de Florianópolis, estão registradas como aptas a ministrar curso de aprendizagem.

O MTE instituiu por meio da Portaria nº 615/2007, o Cadastro Nacional de Aprendizagem, destinado ao cadastramento de todas as entidades qualificadas para prestar cursos de qualificação técnico profissional metódica, no intuito de promover a qualidade técnico-profissional das entidades prestadoras⁷.

⁷Fonte: BRASIL. **Portal MTE** (sítio 2010). Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2010.

Atualmente, segundo o Cadastro Nacional de Aprendizagem adotado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, as seguintes instituições não governamentais⁸ estão habilitadas a prestar cursos de qualificação técnico-profissional ao jovem aprendiz, em Florianópolis⁹:

Instituição Qualificadora: **ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SOCIAL PROFISSIONALIZANTE**

Nome Fantasia: **ESPRO**

Nome do Curso	Ocupação
Programa de Aprendizagem em Técnicas Básicas Bancárias	Atendente de agência
Programa de Aprendizagem em Técnicas Básicas Administrativas	Assistente administrativo
Programa de Aprendizagem em Atendimento Aeroportuário	Operador de atendimento aeroviário
Programa de Aprendizagem em Atendimento e Negociação	Monitor de teleatendimento
Programa de Aprendizagem em Técnicas Bancárias	Escriturário de banco
Programa de Aprendizagem em Técnicas Básicas Administrativas	Assistente administrativo
Programa de Aprendizagem em Administração Bancária	Atendente de agência
Programa de Aprendizagem em Técnicas Básicas de <i>Telemarketing</i>	Operador de <i>telemarketing</i> ativo e receptivo
Programa de Aprendizagem em Técnicas de Operações Bancárias	Escriturário de banco
Aprendizagem em Operações no Comércio e Varejo	Vendedor de comércio varejista

Quadro 2: Qualificações ESPRO

Instituição Qualificadora: **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE – SC**

Nome Fantasia: **CIEE – SC**

Nome do Curso	Ocupação
Programa Aprendiz Legal em Telesserviços	Operador de <i>telemarketing</i> ativo e

⁸Além do Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR, etc), as Entidades sem Fins Lucrativos, que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e a educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (arts. 429 e 430 da CLT – Consolidação das Leis de Trabalho) também podem ser cadastradas no MTE como entidades qualificadoras. Fonte: www.mte.gov.br – acesso em 16/09/10

⁹Quadros elaborados a partir dos dados obtidos no portal do Ministério do Trabalho e Emprego. Fonte: BRASIL. **Portal MTE** (sítio 2010). Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em: 17 jul. 2010.

	receptivo
Rotinas e Procedimentos Bancários	Administração
Programa de Qualificação Profissional em Rotinas Administrativas	Assistente administrativo
Capacitação em Serviços Bancários e Administrativos	Administração
Formação Profissional de Aprendiz em Serviços Bancários	Escriturário de banco
Formação Profissional Inicial em Produtos Alimentícios	Técnico de alimentos
Rotinas Administrativas e Atendimento	Administração
Noções Básicas em Transformação e Produção de Plásticos	Alimentador de linha de produção
Programa Aprendiz Legal em Logística	Controlador de entrada e saída

Quadro 3: Qualificações CIEE – SC

Instituição Qualificadora: **ASSOCIAÇÃO FLORIANOPOLITANA DE VOLUNTÁRIOS**

Nome Fantasia: **AFLOV**

Nome do Curso	Ocupação
Trabalha Juventude	Auxiliar de escritório, em geral

Quadro 4: Qualificações AFLOV

Instituição Qualificadora: **ASSOCIACAO PROMOCIONAL DO MENOR TRABALHADOR – PROMENOR**

Nome Fantasia: **PROMENOR**

Nome do Curso	Ocupação
Serviços Bancários e Administrativos	Escriturário de banco
Serviços Administrativos e Bancários	Escriturário de banco

Quadro 5: Qualificações PROMENOR

Instituição Qualificadora: **CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA DA CAPELA NOSSA SRA. DO MONT SERRAT**

Nome Fantasia: **CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA**

Nome do Curso	Ocupação
Rotinas Administrativas	Auxiliar de escritório, em geral

Quadro 6: Qualificações Centro Cultural Escrava Anastácia

Instituição Qualificadora: **FUNDAÇÃO CASAN FUCAS**

Nome Fantasia: FUCAS	
Nome do Curso	Ocupação
Rotinas Administrativas – Desenvolvimento Humano e Profissionalizante	Assistente administrativo

Quadro 7: Qualificações FUCAS

Instituição Qualificadora: **FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR**

Nome Fantasia: PROJETO PESCAR	
Nome do Curso	Ocupação
Iniciação Profissional em Laboratorista	Técnico de laboratório de análises físico-químicas (materiais de construção)

Quadro 8: Qualificações Projeto Pescar

Instituição Qualificadora: **IRMANDADE DO DIVINO ESPÍRITO SANTO**

Nome Fantasia: IRMANDADE DO DIVINO ESPÍRITO SANTO	
Nome do Curso	Ocupação
Serviços administrativos, financeiros e comerciais	Auxiliar de escritório, em geral

Quadro 9: Qualificações Irmandade do Divino Espírito Santo

Instituição Qualificadora: **REDE NACIONAL DE APRENDIZAGEM, PROMOÇÃO SOCIAL E INTEGRAÇÃO**

Nome Fantasia: RENAPSI	
Nome do Curso	Ocupação
Aprendiz em Técnicas Bancárias/SC	Atendente de agência

Quadro 10: Qualificações RENAPSI

Após o primeiro procedimento (da identificação das instituições qualificadoras de Florianópolis), foi realizada visita a estas entidades mapeadas, quando buscou-se levantar quais os métodos de ensino e conteúdos ministrados para a qualificação do jovem aprendiz, bem como a estrutura da organização, sua metodologia de trabalho, ressaltando suas particularidades e buscando assim extrair a amostra a ser estudada em mais profundidade.

Assim, pode-se sintetizar os principais pontos observados durante a visita institucional:

ESPRO – ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SOCIAL PROFISSIONALIZANTE

A entidade não foi localizada no endereço indicado no *site* do MTE.

CIEE – CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Idade: 14 a 24 anos

Método de ensino: Oficinas – teoria ministrada na instituição – CIEE – e prática desenvolvida nas unidades empregadoras – públicas e privadas.

OBS.: Os cursos são elaborados segundo necessidade das empresas contratantes.

Inscrições podem ser feitas diariamente.

AFLOV – ASSOCIAÇÃO FLORIANOPOLITANA DE VOLUNTÁRIOS

Idade: 14 a 24 anos

Método de ensino: Teoria aplicada duas vezes por semana na Unidade Kobrasol da Univali – Universidade do Vale do Itajaí, em parceria com esta universidade, cabendo a AFLOV elaborar a temática a ser ministrada nos módulos de qualificação e à Universidade desenvolve as atividades docentes. Prática ministrada nas unidades empregadoras.

Inscrições podem ser feitas em dois dias da semana, determinados pela instituição.

PROMENOR – ASSOCIAÇÃO PROMOCIONAL DO MENOR TRABALHADOR

Idade: 14 a 18 anos

Método de ensino: Oficinas – teoria ministrada na instituição – PROMENOR – prática desenvolvida nas unidades empregadoras – públicas e privadas.

Inscrições podem ser feitas uma vez ao ano em período pré-determinado.

CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA

Idade: 15 a 24 anos

Método de ensino: Teoria ministrada na entidade por educadores contratados pelo Centro Cultural e prática desenvolvida nas unidades empregadoras.

OBS.: Entidade com população atendida, em sua grande maioria, nas comunidades em extrema vulnerabilidade, onde o tráfico e a marginalidade são os maiores empecilhos, como

também a maior motivação para o resgate dos jovens e sua inserção dos mesmos no mercado de trabalho, bem como o fortalecimento de sua cidadania.

Inscrições podem ser feitas diariamente.

FUNDAÇÃO FUCAS

Idade: 14 a 24 anos

Método de ensino: Teoria ministrada na própria instituição sob metodologia modular, dividida em 03 partes, sendo os primeiros 15 dias preparatórios para a inserção do aprendiz na empresa, tendo como base o fortalecimento sujeito de direitos. As demais partes são direcionadas a especificidade da aprendizagem sendo o último módulo específico para a qualificação segundo o trabalho que o indivíduo está desenvolvendo na empresa. Prática desenvolvida nas empresas contratantes, nas quais o adolescente ou jovem é acompanhado periodicamente por equipe da instituição.

OBS.: Segundo o coordenador do programa, o diferencial é o acompanhamento da equipe multidisciplinar oferecido ao jovem dentro da empresa na qual está inserido, garantindo, assim, uma melhor eficácia na aprendizagem como também melhor desempenho do aprendiz. As dificuldades são mediadas junto ao empregador.

Inscrições podem ser feitas diariamente.

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR

Idade: 16 a 19 anos

Método de ensino: Módulos de ensino segundo a qualificação a ser ministrada à escolha da empresa ministradora. Teoria e prática são ministradas nas empresas que adquirem a franquia e o material é fornecido pela Fundação que tem ainda a função de acompanhar todos os passos da qualificação ministrada, verificando a efetividade do processo. Foco no fortalecimento da cidadania.

OBS.: Os adolescentes e jovens não exercem qualquer atividade laborativa, sendo instigados à qualificação profissional para que possam ter condições de assumir um posto de trabalho dentro da própria empresa onde é desenvolvida a qualificação, ou mesmo encaminhados para outra empresa parceira que tenha interesse de contratação.

Inscrições são oferecidas segundo turmas abertas em cada comunidade onde as empresas franquizadas estão inseridas. Tem por diferencial o instrutor que visita os aprendizes em sua residência.

IRMANDADE DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

Entidade subdividida da PROMENOR, mantendo as características já citadas desta última anteriormente.

RENAPSI – REDE NACIONAL DE APRENDIZAGEM, PROMOÇÃO SOCIAL E INTEGRAÇÃO

A entidade não foi encontrada no endereço indicado no *site* do MTE.

Tomando como referência as especificidades elencadas, foi possível delimitar os critérios da amostra a ser estudada mais detalhadamente. Os eixos condutores que definiram a amostra do presente trabalho foram:

- Entidade com método de ensino técnico-profissionalizante diferenciado, que tenha como base pedagógica o fortalecimento da cidadania e o crescimento do sujeito como cidadão de direito;
- Qualificação com metodologia inovadora e que busque de maneira adequada interligar os módulos teórico e prático, oportunizando aprendizado ao indivíduo de forma sistemática.
- Instituição que tenha como prioridade a melhoria da qualidade da inserção profissional dos indivíduos atendidos, objetivando que todos possam ter acesso aos benefícios da Lei da Aprendizagem.

Com estes dados elencados, iniciou-se a etapa de levantamento da amostra a ser estudada mais objetivamente. Do universo de 09 instituições registradas no Ministério do Trabalho e Emprego como qualificadoras de jovem aprendiz em Florianópolis, subtraiu-se 05 grupos com metodologias distintas, dos quais extraiu-se uma instituição por grupo como escopo da pesquisa. Com esta amostra definida, o próximo passo foi agendar nova visita às entidades elencadas na pesquisa com o objetivo de entrevistar o responsável pelo planejamento pedagógico da qualificação teórica do jovem aprendiz.

Assim, as entidades selecionadas como amostra (segundo os requisitos anteriormente elencados, oferecendo diferencial quanto à metodologia e técnica de ensino qualificador do jovem aprendiz), são:

- Fundação Projeto Pescar;
- Centro Cultural Escrava Anastácia;
- PROMENOR;

- AFLOV;
- Fundação FUCAS

Salienta-se que estas entidades foram selecionadas por apresentarem algum diferencial quanto à metodologia de ensino oferecido, sendo este o objeto de estudo deste trabalho. Sob este enfoque o trabalho realizado pelas demais instituições que não fazem parte da amostra não deve ser desqualificado, uma vez que seus dados foram de grande valia sua participação na elaboração inicial desta pesquisa. Enfatiza-se ainda a importância do trabalho realizado junto aos jovens que buscam estas entidades para obter qualificação e encaminhamento ao mercado de trabalho.

Para alcançar os objetivos propostos usou-se como método de pesquisa a entrevista semi estruturada aberta, que permite ao entrevistado discorrer livremente sobre o assunto abordado, ainda que se tenha um roteiro pré-elaborado (roteiro apêndice) de perguntas quanto ao tema proposto. Quanto à entrevista aberta, sabe-se que

A entrevista aberta é utilizada quando o pesquisador deseja obter o maior número possível de informações sobre determinado tema, segundo a visão do entrevistado, e também para obter um maior detalhamento do assunto em questão. Ela é utilizada geralmente na descrição de casos individuais, na compreensão de especificidades culturais para determinados grupos e para comparabilidade de diversos casos (MINAYO, 1993. p.74).

Nesta modalidade de entrevista, o objetivo é introduzir o tema, esperando que o entrevistado discorra livremente sobre ele, trazendo à tona o máximo de informações na busca de explorar mais amplamente a questão levantada. Após este processo de entrevista, os dados levantados serão transcritos, objetivando sistematizá-los, para que se obtenha um parecer sobre o tema estudado e suas especificidades observadas durante a entrevista.

2 MERCADO DE TRABALHO *VERSUS* QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Para muitos, especialmente os jovens, ser inserido no mercado de trabalho tem sido tarefa desafiante. A exigência de um profissional com especificidades técnicas e habilidades intelectuais tem tolhido as expectativas dos trabalhadores de obterem melhores condições sócio-econômicas. As múltiplas transformações no mundo do trabalho, apresentadas ao longo dos séculos, têm demandado ao indivíduo dotar-se de polivalência quando se trata de aptidões e saberes profissionais.

Historicamente, a revolução industrial trouxe uma nova configuração ao mundo do trabalho, pois, originou uma nova organização do trabalho e exigiu profissionais com capacidade de domínio sobre as máquinas. Esta inovação trouxe significativo avanço tecnológico e profundo abalo no modo artesanal de efetivação do trabalho. Extinguiu-se a aptidão do artesão em executar uma peça, iniciava-se a desumanização do trabalho, o império da máquina, do homem e seu apêndice. As transformações advindas com a forma de produção sistemática do fordismo, que exigia uma produção em série, e do taylorismo¹⁰, que cronometrava o tempo e os movimentos da produção, foram as dimensões de transformação que abrangeram o modo de produção capitalista e que consolidaram a sua hegemonia ao longo deste século. Posterior a estes dois modelos, outro que objetivava maior lucro com uma produção somente do necessário, sendo ele feito no melhor tempo possível, foi o toyotismo¹¹.

Assim, com estas transformações no mundo do trabalho e a flexibilização esperada da produção em massa surge um novo modelo ao qual o operário deveria se adaptar, tendo ele que ser multifuncional e estar apto a desempenhar inúmeras atividades em um mesmo período de tempo (ANTUNES, 2002). Esta flexibilização, segundo Antunes (1999), acarretou em novas formas de contratação, o que faz surgir à terceirização, subcontratação, controle de qualidade da produção na busca de eliminar o desperdício, tanto de tempo, quanto de

¹⁰“De maneira sintética, podemos indicar o que o binômio taylorismo|fordismo, expressão dominante do sistema produtivo e de seu respectivo processo de trabalho, que vigorou na grande indústria, ao longo praticamente de todo o século XX, sobretudo a partir da segunda década, baseava-se na produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada.” (Antunes, 1999,p.36)

¹¹O Toyotismo” [...] se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da técnica de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo freqüentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas etc. Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das ‘células de produção’, dos ‘times de trabalho’, dos grupos ‘semi autônomos’, além de requerer, ao menos no plano discursivo, o ‘envolvimento participativo’ dos trabalhadores, na verdade uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado [...]” (Antunes, 1999, p. 52).

mercadoria, a implantação de uma gerência participativa e de um sindicalismo de empresa. Todas estas transformações advindas dos sistemas citados podem ser percebidas nitidamente em nossa conjuntura atual do mercado de trabalho. Para Antunes (2002),

A consequência mais evidente é o distanciamento pleno de qualquer alternativa para além do capital, à medida que se adota e postula uma ótica do mercado, da produtividade, das empresas, não levando sequer em conta, com a devida seriedade, entre tantos outros elementos tão graves e prementes, como por exemplo, a questão do desemprego estrutural, que atualmente esparrama-se por todo o mundo, em dimensões impressionantes, e que não poupa nem mesmo o Japão, que nunca contou com excesso de força de trabalho. Desemprego este que é resultado dessas transformações no processo produtivo, [...]. (ANTUNES, 2002, p.40)

Vivenciamos uma nova concepção do mercado de trabalho no qual o trabalhador esta a mercê da lógica capitalista, que por sua vez está sob o comando do capital e suas muitas artimanhas, para cooptar a força de trabalho de forma a obter mais valia sobre a produção de mercadorias. Assim, podemos perceber, que

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalhador precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. (Ibidem, p. 50)

Nesta tendência vimos então uma nova dimensão apresentada no mercado de trabalho que, no Brasil, ficou mais evidente na década de 90, quando a economia brasileira passou por grande transformação.

Segundo dados do Ministério do Trabalho, no setor formal do mercado de trabalho, onde estão os trabalhadores protegidos por contratos de trabalho e pelos estatutos públicos, foram eliminados cerca de 2,1 milhões de empregos, entre janeiro de 1990 e dezembro de 1995. Pela sua profundidade e extensão no tempo, essa redução de postos de trabalho origina-se do processo de abertura comercial que substituiu o antigo modelo de industrialização protegida, característico do desenvolvimento brasileiro até o final dos anos 80. (BRASIL, 1996)

Neste período, a abertura ao comércio internacional e a queda na inflação trouxeram efeitos crescentes sobre a massa trabalhadora. Inicialmente a queda no emprego industrial foi compensada pela absorção nas áreas de serviços, porém este fenômeno não foi homogêneo o que acabou por gerar uma alta taxa de desemprego. O gráfico seguinte mostra que a geração de empregos no setor formal tem uma tendência declinante a partir de 1990.

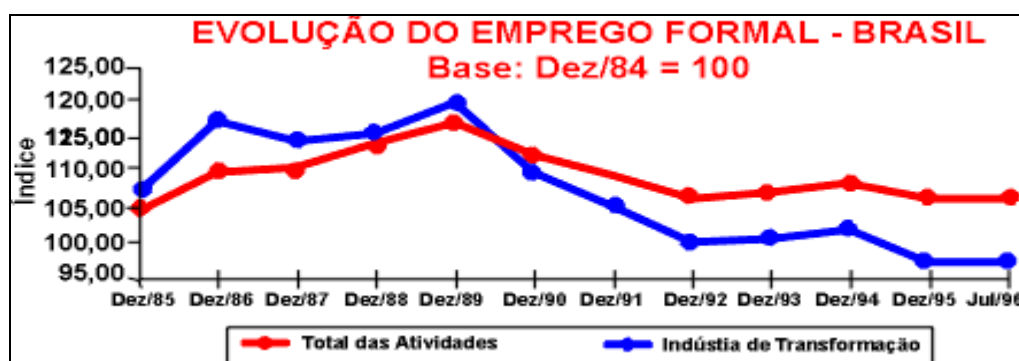


Gráfico 4: Evolução do Emprego Formal – Brasil

Fonte: BRASIL. Portal do Planalto (sítio 2010). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/public>. Acesso em: 18 nov. 2010.

Esta nova realidade do mercado de trabalho, e segundo a concepção do desemprego estrutural¹², exigiu uma reconfiguração da classe trabalhadora assalariada. Esta nova fase ainda é marcada pela forte exclusão do mercado de trabalho de jovens e pessoas com 40 anos ou mais, consideradas “velhas” pelo capital. Estas acabam sendo levadas a engrossar as fileiras do subemprego, emprego informal ou, ainda, a permanecerem desempregados e à mercê da abertura de vagas segundo a necessidade do capital.

Objetivando a inserção desta parcela de jovens e buscando adequá-los dentro da nova ordem do capital e da reestruturação produtiva que exige um profissional qualificado, em 19.12.2000 editou-se a Lei nº 10.097¹³ que alterou artigos da Consolidação das Leis do Trabalho no que se refere à aprendizagem de adolescentes e jovens de 14 a 24 anos de idade. A partir de então, passou a configurar uma via de acesso do jovem ao mercado de trabalho

¹²“Com a retração do binômio taylorismo/fordismo, vem ocorrendo uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista. Esse proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais.” (Alves & Antunes, 2004).

¹³Maiores considerações quanto da Lei nº 10.097e suas especificidades serão feitas na próxima seção.

mediante contratos temporários como jovem aprendiz, sendo estes regulados conforme a Lei determina.

Segundo a legislação, conforme referenciado anteriormente, as entidades que estariam aptas a ministrar a qualificação ao aprendiz seriam o Serviço Nacional de Aprendizagem – Sistema “S”, e no caso da demanda ser maior que sua oferta, as Escolas Técnicas de Educação e as entidades sem fins lucrativos, que tenham por objeto a assistência ao adolescente e a educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (conforme dispõe o art. 430 da CLT) poderão também assumir o papel de qualificadoras.

Estas últimas são o foco desta pesquisa, que visa levantar a qualidade da educação profissional que está sendo oferecida aos adolescentes e jovens que buscam estas entidades no intuito da inserção profissional em Florianópolis.

Ao analisarmos as informações disponibilizadas no site do MTE quanto aos cursos oferecidos por estas entidades do terceiro setor, verificou-se que, em sua maioria, estão destinados a atender à demandas específicas do mercado de trabalho, sendo estas oriundas da reformulação do sistema capitalista nestas ultimas décadas. Assim, segundo o gráfico abaixo, podemos vislumbrar que o maior número de vagas para jovens aprendizes dispostos atualmente no mercado de trabalho, segundo os cursos oferecidos em Florianópolis, estão voltados a serviços bancários ou administrativos.

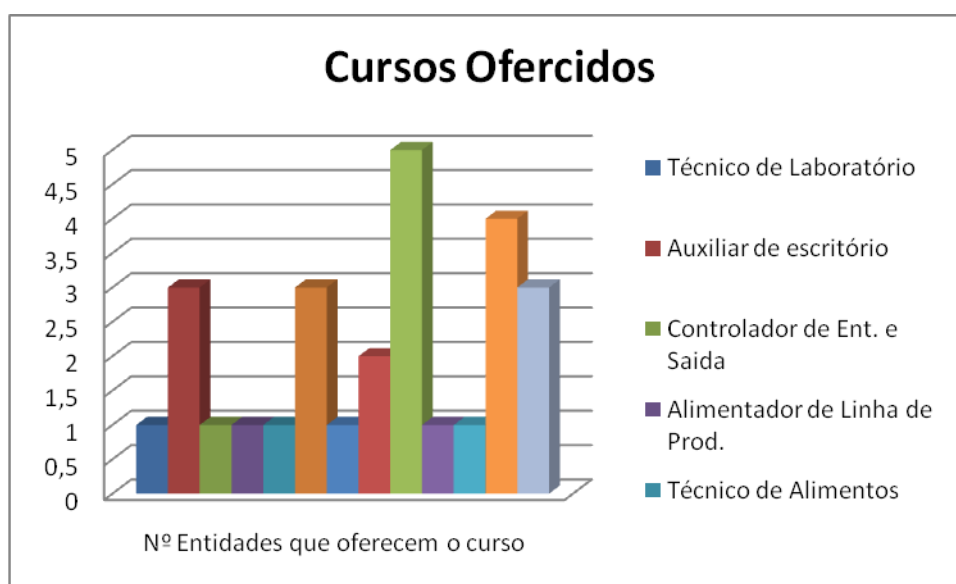


Gráfico 5: Tipo de Cursos de Qualificação Oferecidos em Florianópolis

Como já mencionado anteriormente, durante a década de 90 muitas transformações no mercado de trabalho foram vistas e, entre elas, uma crescente avalanche de terceirizações e aposentadorias motivadas especialmente nas redes bancárias. Antunes (1999), nos lembra que é necessário atentar para as mutações organizacionais e tecnológicas, nas formas de gestão que tem afetado os setores de serviços, tendo como exemplo a intensa diminuição dos serviços bancários e as privatizações dos serviços públicos na última década.

Neste sentido, desregulamentação, flexibilização, terceirização, downsizing, “empresa enxuta”, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo “mundo empresarial, são expressões de uma lógica societal onde se tem a prevalência do capital sobre a força humana de trabalho, que é considerada somente na exata medida em que é imprescindível para a reprodução desse mesmo capital. Isso porque o capital pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode intensificar sua utilização, pode precarizá-lo e mesmo desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo. (ANTUNES, 2001, p.44)

Desta realidade podemos analisar esta informação, mostrada no gráfico anterior, sob duas óticas. A primeira, da ótica das entidades qualificadoras, a segunda sob a égide da fiscalização do MTE em Florianópolis. Assim, segundo as entidades qualificadoras¹⁴, os cursos de qualificação são elaborados conforme a demanda das empresas contratantes, portanto, a maior demanda de necessidade de profissionais é de empresas de setores bancários e administrativos. Esta realidade pode ser vista de formas distintas, sendo que, a reestruturação produtiva ocorrida na década de 90 que acarretou uma leva de aposentadorias incentivadas nas unidades bancárias o que acabou por abrir postos de trabalho e gerar novas contratações, ainda que temporárias, neste setor. Esta mesma reestruturação ocorreu no setor de serviços administrativos, que neste período apresentou demissões exacerbadas por conta da implementação tecnológica. Sob a lógica do sistema capitalista, estes novos postos, se ocupados por trabalhadores temporários, leia-se jovem aprendiz, trariam mais lucratividade que a contratação de trabalhadores efetivos já que os baixos salários acarretariam menores encargos trabalhistas. Assim, para Gohn (2001) na década de 90, empresas realizaram reengenharias e promoveram enxugamentos nos seus quadros de funcionários, o emprego industrial escasseou, a economia informal cresceu.

Podemos analisar ainda que, a concentração de postos de trabalho que absorvem mão-de-obra de jovem aprendiz tenha sido significativa nestas duas áreas específicas, sendo

¹⁴Informação obtida verbalmente quando das visitas institucionais nas entidades qualificadoras de Florianópolis.

serviços bancários e administrativos, em função da fiscalização da Superintendência Estadual do MTE em Santa Catarina ter, até então, concentrado suas ações nestes segmentos do mercado de trabalho¹⁵.

2.1 Terceiro Setor e Inserção Profissional

Outra transformação advinda da reestruturação produtiva foi a ampliação do número de entidades do chamado terceiro setor¹⁶ que acabaram ocupando espaços e desempenhando funções sociais que o Estado tem negligenciado. Como afirma Montañó (1997), a falência do Estado de Bem-Estar Social no Brasil é um dos motivos para que ocorra o crescimento do chamado terceiro setor, como complemento do processo de exclusão dos direitos que a sociedade tem a oferecer, como: saúde, educação, habitação entre outras. Este autor afirma ainda,

A parceria entre o Estado e o ‘Terceiro Setor’ tem a clara função ideológica de encobrir o fundo, a essência do fenômeno, ser parte da estratégia de reestruturação do capital, e fetichizá-lo em ‘transferência’, levando à população a um enfrentamento/aceitação deste processo dentro dos níveis de conflitividade institucional aceitáveis para a manutenção do sistema, e ainda mais, para a manutenção da atual estratégia do capital e seu projeto hegemônico: o neoliberalismo (MONTAÑO, 1999, p. 27).

Para Antunes (2001), a emergência de entidades não governamentais, sem fins lucrativos se deu em virtude da crise estrutural do capital, de sua lógica que visa reduzir trabalho vivo e ampliar trabalho morto. Ou seja, que busca ampliar o maquinário tecnocientífico e diminuir o quadro de trabalhadores contratados. Esta é a realidade das empresas “modernas” que exige um novo perfil de seus empregados, que agora não mais são chamados de trabalhadores, mas de “colaboradores”. Este deve ser “polivalente” e multifuncional,

¹⁵Esta informação não será aqui analisada, não sendo o tema deste trabalho, porém, acredita-se ser objeto de análise em outra oportunidade.

¹⁶Fernandes (1994) define o Terceiro Setor como “um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam a produção de bens e serviços públicos.” Fonte: FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

apoderando-se de saberes e aptidões infindas para que assim tornar-se competitivo no mercado de trabalho.

Na relação entre Estado e sociedade civil, observa-se que muitas vezes a transferência à sociedade civil de responsabilidades antes estatais não se configura como emancipação e nem como uma maior participação democrática, mas como diminuição do próprio Estado, fomentado pela estratégia neoliberal do Estado enxuto, privatizado, mínimo. Assim, a função que anteriormente era pública passa a ser do terceiro setor que por sua vez busca sua sobrevivência reinventando e intermediando as relações entre Estado e sociedade civil. Para Gohn (2001), o terceiro setor tem a função de implementar e executar políticas sociais, desativadas nas instâncias de execução pertencentes aos órgãos estatais, transferidas para a sociedade civil organizada em parceria entre o setor público e o público-não-estatal.

O programa jovem aprendiz é um exemplo de política que deveria ser priorizada pelo público e, no entanto, é alvo de atuação do terceiro setor. Essa função, em algumas instituições, não tem o cunho emancipador e humanitário que muitas vezes é usado como artifício de *marketing* institucional. Assim,

A expansão do campo de atuação do Terceiro Setor nos últimos anos em áreas de atuação onde se trabalha em parceria com órgãos públicos possibilitou a criação de entidades e programas sociais oriundos de antigas entidades reformistas e conservadoras, ou de entidades criadas segundo os princípios neoliberais. A maioria destas entidades atua segundo a lógica do mercado, a partir de articulação de atores ditos “plurais”, não se coloca a questão da mudança do modelo vigente, ou luta contras as formas geradoras da exclusão, atua-se apenas sob seus resultados. Elas não têm o mínimo interesse em trabalhar com entidades politizadas, que exercem a militância em favor dos direitos sociais e buscam transformações sociais. Ao contrário, essas entidades atuam para incluir (no sistema econômico atual), de forma diferenciada (leia-se, de forma precária e sem direitos sociais), os excluídos pelo modelo econômico. (GOHN, 2001, p. 94)

Obviamente que não estamos aqui generalizando, ou mesmo pré julgando as intenções das entidades que compõem o terceiro setor, mas esta é uma realidade que permeia este meio que é também engendrado pelo capital e, muitas vezes, usado como estratégia para contribuir com a acumulação deste. Assim, algumas entidades qualificadoras de jovem aprendiz vêm as parcerias com as empresas para a inserção do jovem como uma oportunidade para lucrar sob o empenho de sua mão-de-obra barata. Deste modo,

As novas entidades reformistas do Terceiro Setor são organizadas menos como lugar de acesso aos direitos de uma cidadania emancipatória e mais como lugar de exercício de uma cidadania outorgada, de cima para baixo, que promove a inclusão de indivíduos a uma rede de serviços de forma assistencial. Os novos cidadãos se transformaram em clientes de políticas públicas administradas pelas entidades do Terceiro Setor. (GOHN, 2001, p.95)

Verifica-se, assim, uma distorção da função das entidades em inserir o jovem aprendiz no mercado de trabalho, sendo ele uma espécie de mercadoria de troca, que gera, disputa entre as entidades por maior número de jovens atendidos, ou pelas empresas contratantes, o que não traz benefício para o jovem aprendiz, sequer agrega qualidade à qualificação necessária para que possa permanecer neste competitivo e disputado mercado de trabalho.

Para Freire (2004), do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida que a educação deve ser uma prática *imobilizadora e ocultadora* de verdades. Este autor, manifesta ainda sua indignação diante da imoralidade da confrontação dos interesses humanos com os do mercado. Porém, em uma perspectiva contrária à lógica do mercado engessador do pensamento do cidadão salienta:

Ao reconhecer que, precisamente porque nos tornamos seres capazes de observar, de comparar, de avaliar, de escolher, de decidir, de intervir, de romper, de optar, nos fizemos seres éticos e se abriu para nós a *probabilidade* de *transgredir* a ética, jamais poderia aceitar a *transgressão* como um *direito*, mas como uma *possibilidade*. Possibilidade contra que devemos lutar e não cruzar os braços. Daí a minha recusa rigorosa aos fatalismos quietistas que terminaram por absorver as transgressões éticas em lugar de condená-las. Não posso virar conivente de uma ordem perversa, irresponsabilizando-a por sua malvadez, ao atribuir a “forças cegas” e imponderáveis os danos por elas causados aos seres humanos. A fome frente a frente à abundância e o desemprego no mundo são imoralidades e não fatalidades como o reacionarismo apregoa com ares de quem sofre por nada poder fazer. O que quero repetir, com força, é que nada justifica a minimização dos seres humanos, no caso das maiorias compostas de minorias que não perceberam ainda que juntas seriam a maioria. (FREIRE, 2004, p. 101 - 102)

Neste sentido Frigotto (2001) adverte para a educação profissional que não deve ser praticada e que não se configura naquela que o MTE determina que seja oferecida ao jovem aprendiz pelas entidades registradas no Cadastro Nacional de Aprendizagem.

[...] a Educação Profissional subordina-se ao ideário do mercado de trabalho e do capital e de um modelo de desenvolvimento excludente, concentrador de renda, predatório. Mercado e capital sem controles da sociedade – flexível e

desregulamentado que gera desemprego, subemprego e exclusão. Neste horizonte a educação em geral, e particularmente, a educação profissional se vincula a uma perspectiva de adestramento, acomodação, mesmo que se utilizem noções como as de educação polivalente e abstrata. Trata-se de confrontar um cidadão mínimo, que pensa minimamente e que reaja minimamente. Trata-se de uma formação numa ótica individualista, fragmentária – sequer habilita o cidadão e lhe dê direito a um emprego, a uma profissão, tornando-o apenas um mero “empregável” disponível no mercado de trabalho sob os desígnios do capital em sua nova configuração. (FRIGOTTO, 2001 p. 80)

O Instituto Engevix, ainda que faça parte do quadro de entidades sem fins lucrativos e tenha ligação direta com a empresa Engevix Engenharia S.A, sendo fruto de uma política de responsabilidade social, deseja buscar uma formação emancipatória e que possa promover o desenvolvimento humano dos indivíduos e não apenas ensiná-los a reproduzir sua força de trabalho em troca de condições mínimas de sobrevivência. Assim, almeja delinear um trabalho educativo para a qualificação profissional que não reforce as tendências capitalistas de transformar os indivíduos em meros reprodutores de ações tecnicistas.

Muito se tem discutido sobre o tema da responsabilidade social, especialmente no âmbito empresarial. As transformações ocorridas nos últimos anos nas estruturas organizacionais, nas formas de competitividade estabelecidas, foram determinantes para a construção desta cultura de responsabilização das empresas, as quais foram induzidas a repensar a sua postura de apenas construir suas bases em quesitos econômicos e de mercado, tendo assim que repensar valores e investir em áreas não vinculadas diretamente ao espaço de sua intervenção.

A responsabilidade social,

Para uns é tomada como uma responsabilidade legal ou obrigação social; para outros, é o comportamento socialmente responsável em que se observa a ética, e para outros, ainda, não passa de contribuições de caridade que a empresa deve fazer. Há também, os que admitam que a responsabilidade social seja, exclusivamente, a responsabilidade de pagar bem aos empregados e dar-lhes bom tratamento. Logicamente, responsabilidade social das empresas é tudo isto, muito embora não sejam, somente, estes itens isoladamente. (ZENISEK apud OLIVEIRA, 1984, p. 204)¹⁷

¹⁷Fonte: OLIVEIRA, José Arimatés de. Responsabilidade social em pequenas e médias empresas. **Revista de Administração de Empresas**, nº 24 (4), 204, out./dez.1984.

Muitas empresas ainda não têm bem definido o conceito de responsabilidade social e acabam por confundí-lo com “filantropia” ou “assistencialismo”¹⁸. Segundo editorial da Revista Carta Capital (2004), a política de responsabilidade social está amparada no tripé comercial, ambiental e social, visando não lucrar em detrimento do prejuízo de toda a sociedade. Devem objetivar, portanto, que suas ações possam beneficiar a sociedade a qual fazem parte, bem como a todos os que contribuem para a manutenção das condições de sobrevivência da empresa, sendo eles os colaboradores e suas famílias e as comunidades onde estão inseridos, bem como os clientes e todos os que se beneficiam com a aquisição de seus produtos e serviços, indiretamente faz com que o lucro retorne para as empresas, sob a forma de isenção de impostos. Para isso, o conceito de responsabilidade social precisa ser maximizado e difundido na organização, evitando assim, que seja visto por alguns como mero assistencialismo ou para fins de dedução de valores fiscais.

Assim, o Serviço Social do Instituto Engevix, ciente de seu papel como executor da política de responsabilidade social da Engevix Engenharia S.A, e pensando uma educação profissional que tenha como base de sustentação o fortalecimento da cidadania e a emancipação do sujeito, salienta que tal responsabilidade deva ser concebida sob uma ótica inovadora e que seja contrária a concepção neoliberal que transforma o sujeito em mero reprodutor de ações, incapaz de racionaliza-las. Assim, segundo Leher (2001)¹⁹,

A proposição neoliberal é ainda mais restritiva do que a proposta liberal que advoga a “universalidade da cidadania”. Como se sabe a cidadania confere a todos liberdade e igualdade. Todos somos iguais diante do Estado. No neoliberalismo, igualdade é exercida no mercado (o Estado não deve interferir), conforme as habilidades e competências de cada um. (LEHER, 2001. p.58).

Para Gohn (2001), a transferência de fundos públicos do Estado para os programas de organizações da sociedade civil é vista como uma proposta de racionalização dos gastos públicos, porém, o que vemos é uma diminuição de transferência de verbas para as áreas sociais e que acaba por desvirtuar a relação cidadão-Estado, enquanto as demandas coletivas

¹⁸Para Sposati (2004) o termo filantropia “ é também uma laicização de concepção católica de caridade.” E assistencialismos configura-se como “ (...) o acesso a um bem através de uma benesse, de doação, isto é, supõe sempre um doador e um receptor.” (Sposati, 1991)

¹⁹Fonte: LEHER, Roberto. 1998. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização**: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1998.

são negligenciadas em função de demandas individuais atendidas pelas entidades do terceiro setor. Para Paiva (2001),

Transfere-se do social para o individual a responsabilidade pela inserção profissional dos indivíduos. A “empregabilidade” converte-se, neste caso, num corolário dos conhecimentos, habilidades e esforço individual de adequação. Torna-se tarefa das instituições que oferecem educação tentar tornar sua clientela empregável, adequando seus cursos à demanda e incluindo na formação elementos subjetivos capazes de assegurar maior adesão dos quadros às instituições e seus objetivos. Digamos que a contração do mercado de trabalho aprofunda a subsunção do sistema educacional (e especialmente da educação profissional) aos requisitos do capital. (PAIVA, 2001, p.59)

Pensar uma educação profissionalizante que outorgue ao indivíduo uma autonomia política que o faça sujeito de suas escolhas, independente das suas necessidades econômicas e sociais, exige do mesmo pensar, de forma a não ser subjugado pelo capital e suas forças cooptativas.

Desta forma, para o Serviço Social do Instituto Engevix, qualificação profissional tem que ter ligação direta com fortalecimento da cidadania e emancipação dos sujeitos, para que possa tornar-se um ser politizado que busque seus objetivos não apenas segundo a lógica do mercado, mas segundo suas necessidades e aspirações. Para Freire (1983), é necessário que a educação, seja ela formal ou profissional, não se apresente apenas com a lógica da educação “bancária” onde o educador é quem faz os “depósitos” e os educandos seus receptores passivos. Nesta concepção de educação ,

O educador é o que educa; os educandos, os que são educados; o educador é o que sabe; os educandos, os que não sabem; o educador é o que pensa; os educandos, os pensados; o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente; o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados; o educador é o que opta e prescreve sua opção; os educandos os que seguem a prescrição; o educador é o que atua; os educandos, os que têm a ilusão de que atuam; o educador escolhe o conteúdo programático; os educandos, se acomodam a ele; o educador identifica a autoridade do saber com sua autoridade funcional, que opõe antagonicamente à liberdade dos educandos; estes devem adaptar-se às determinações daquele; o educador, finalmente, é o sujeito do processo; os educandos, meros objetos (FREIRE, 1983, p.68).

Verifica-se que as entidades qualificadoras de jovem aprendiz têm grande desafio a ser superado, não sendo suficiente apenas ministrar cursos de aprendizagem ou mesmo oferecer a possibilidade de inserção ao mercado de trabalho. É necessário transformar cada adolescente ou jovem em protagonista de sua história profissional, na qual não seja apenas mero reprodutor de ações técnicas operativas, mas possa ser sujeito pensante e capaz de outorgar suas ações baseado em conhecimento de seus direitos como cidadão emancipado e que é portador de autonomia. Para Freire, (1996),

É preciso que saibamos que, sem certas qualidades ou virtudes como amorosidade, respeito aos outros, tolerância, humildade, gosto pela alegria, gosto pela vida, abertura ao novo, disponibilidade à mudança, persistência na luta, recusa aos fatalismos, identificação com a esperança, abertura à justiça, não é possível a prática pedagógico progressista, que não se faz somente com ciência e técnica. (FREIRE, 1996, p.136)

É imprescindível pensarmos a importância do papel do educador neste espaço de emancipação do sujeito. Os adolescentes e jovens aprendizes, buscam nesta fase transitória de suas vidas (social, profissional e economicamente falando) um referencial a partir do qual possam sentir-se menos inseguros na construção deste sujeito adulto que a sociedade espera que seja produtivo. Este referencial muitas vezes não é encontrado em casa ou na comunidade na qual está inserido, o que faz com que possa deixar-se levar pelo crime como fonte de sustento. Neste sentido, o adolescente ou jovem encontra-se desorientado diante das possibilidades que o crime pode lhe oferecer e a difícil tarefa de tornar-se cidadão de direitos, que busca seus meios de subsistência segundo a lógica que se lhe apresenta. Assim, salienta-se a importância de uma educação emancipadora e de um educador engajado em promover a autonomia de seus educandos. Sob esta concepção, Freire (2004) nos adverte que

O que se coloca à educadora ou ao educador democrático, consciente da impossibilidade da neutralidade da educação, é forjar em si um saber especial, que jamais deve abandonar, saber que motiva e sustenta sua luta: *se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode*. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante. O que quero dizer é que a educação nem é uma força imbatível a serviço das transformações da sociedade, porque assim eu queira, nem tampouco é a perpetuação do *status quo* porque o dominante o decreta. O educador e a educadora críticos não podem pensar que, a partir do curso que coordenam ou do seminário que lideram, podem transformar o país. Mas podem demonstrar que é

possível mudar. E isso reforça nele ou nela a importância de sua tarefa político-pedagógica. (FREIRE, 2004, p.112)

A capacitação profissional não pode ser tratada apenas como medida emergencial, compensatória que visa a inserção do adolescente ou jovem no mercado de trabalho. Esta ótica precisa ser ampliada para que possa assegurar a garantia de direitos desta população já tão à mercê de suas necessidades básicas negligenciadas pelo Estado. Neste sentido, segundo Custodio e Veronese (2007),

A ausência de políticas públicas básicas, por parte do Estado, exige que este mesmo Estado estabeleça medidas ou ações compensatórias, no intuito de garantir um mínimo de capacidade de integração ao dominado mercado capitalista. Este tipo de ação, de caráter meramente assistencialista, oculta a incapacidade política de integração social da população neste mercado capitalista globalizado. Contudo, o acesso de todos a esta inserção é limitado pelas próprias condições do capitalismo dominante em consequência do desemprego conjuntural, estrutural e tecnológico. A manutenção destas expectativas de capacitação como estratégia de inserção consolida uma forma particular de controle social de uma população excluída historicamente para que diante da situação de exclusão não provoque um processo de instabilidade social. (CUSTODIO; VERONESE, 2007, p.246)

Assim, podemos pensar que a abertura de novas vagas no mercado de trabalho é uma necessidade emergente que cabe ao Estado e que as medidas compensatórias de inclusão destes adolescentes e jovens têm suas limitações diante desta abstenção do Estado em ampliar os campos para sua inserção profissional.

Segundo Del Pino (2001) não há geração de empregos em condições suficientes para atender a todos e a todas. Para ele, “a forma como os cursos de qualificação|requalificação profissional vêm sendo divulgados e trabalhados, sugere que a formação profissional pode gerar emprego. Na verdade, o que ela gera é o que realmente promete: empregabilidade.” (DEL PINO, 2010, p.80)

Todavia, se pensarmos que não há espaço de trabalho para todos, o esforço das entidades qualificadoras em preparar estes adolescentes e jovens perde seu sentido em função de uma questão estrutural do sistema capitalista. Temos então um problema conjuntural que precisa ser tratado para que a efetividade dos cursos profissionalizantes possa ser medida diante das vagas de trabalho oferecidas. Esta lógica reducionista do mercado de trabalho, também engendrada pelo capital, tem afetado a imensa maioria dos que vendem sua mão-de-obra como forma de subsistência, colocando-os sob a ideologia do sistema capitalista bem

como da “boa vontade” do Estado em promover políticas públicas que possam atenuar a problemática do desemprego, subemprego e exploração de mão-de-obra barata. Para Frigotto (1998), “já não há políticas de emprego e renda dentro de um projeto de desenvolvimento social, mas indivíduos que devem adquirir competências ou habilidades no campo cognitivo, técnico, de gestão e atitudes para se tornarem competitivos e empregáveis.” (FRIGOTTO, 1998 p.15,)

Para Del Pino (2001),

A retórica neoliberal, ao entender que não é tarefa do Estado interferir no mercado, estabelece uma diminuição em sua atividade econômica transferindo ao mercado suas empresas produtivas e de serviços. Na prática, isso tem representado a inviabilização da capacidade do Estado em fazer política econômica e social, por um lado, o aumento da esfera de extração de mais valia. (DEL PINO, 2010, p.81)

Salienta, ainda, que este processo da lógica neoliberal, reducionista e que promove a crescente privatização, também é vista na educação e adverte que “a luta em torno da educação pública tem se constituído um elemento fundamental de resistência à implantação das políticas sociais neoliberais na educação brasileira”. (DEL PINO, 2001, p. 83).

Por outro lado, é necessário analisar esta centralidade dada à educação como detentora de poder para assegurar a empregabilidade dos indivíduos. Segundo Gohn (2001), a atual abordagem dada à educação leva a uma visão distorcida da mesma e a uma simplificação da realidade em que

[...] modernidade é igual à modernização; educação igual a sistema escolar e preparação para o mercado de trabalho; desenvolvimento é igual a crescimento econômico, treinamento para aquisição de conhecimento; justiça, a igualdade socioeconômica e pluralismo sociocultural. (GARRETÓN, 1999, p.87 a 102)

No pensamento de Gramsci, educar é co-agir à disciplina, não como uma forma de violência, mas sim como disciplina intelectual, não ficando o indivíduo sob o domínio do espontaneísmo da realidade que cerca, evitando que o ambiente interfira em sua formação.

[...] educar é propiciar a organicidade do pensamento, é provocar uma necessidade real de instrução, é relacionar dialeticamente indivíduo-ambiente, ativismo-promoção, espontaneidade-organização, é promover a possibilidade do homem completo, não mais limitado a atividades pré-determinadas e deterministas do seu caráter, alienado do "fazer" histórico. (ANGOTTI; AURAS,1996, p.14)

Ainda para este autor, é importante reforçar a formação de valores fundamentais do humanismo, ou seja, autodisciplina intelectual e a autonomia moral, sendo que estão diretamente ligadas à postura do mesmo quanto a sua forma de encarar os desafios do mercado de trabalho. Para Gramsci educação e trabalho têm ligação intrínseca não sendo o trabalho apenas fonte de subsistência, mas sim "possibilidade educativa do homem moderno."

Entendo que, neste sentido, Gramsci aponta para a necessidade de resgate, pelo homem, do conceito de trabalho em sua essência produtiva, enquanto possibilidade libertadora, bem como para a necessidade de compreensão das relações de poder que perpassam o momento cotidiano do trabalho, para concomitantemente, objetivar a construção de um projeto hegemônico do proletariado que dê a direção cultural e ideológica ao "homem novo", no sentido de que se aproprie dos instrumentos do seu trabalho, o que remeteria a uma nova formação social "em germe" no interior da velha formação social dominante. (ANGOTTI; AURAS,1996, p.16)

O Instituto Engevix deseja promover a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde está inserido, contribuindo para que a política de responsabilidade social da Engevix Engenharia S.A possa ser ampliada e efetivada de forma a alcançar uma amplitude ainda mais abrangente e que traga benefícios a um maior número de indivíduos. Assim, deseja-se implantar uma qualificação profissional que possa oferecer um diferencial educativo, possibilitando ao jovem aprendiz desenvolver suas habilidades técnicas e cognitivas na construção de sua autonomia e emancipação social, política e humana.

3 A CONDIÇÃO DE APRENDIZ E SUAS ESPECIFICIDADES

Em nosso país, a condição de jovem aprendiz é regulamentada e segue os preceitos legais já a partir de nossa Constituição Federal de 1988.

3.1 Aportes Legais

Segundo determina a Constituição da República de 1988 o ingresso no mercado de trabalho só é assegurado aos menores de 16 anos de idade, na condição de aprendiz. Desta forma, com o intuito de regular e também promover a capacitação profissional dos adolescentes e jovens que buscam ingressar no mundo do trabalho, foi promulgada no ano 2000 a Lei da Aprendizagem que prevê a condição de aprendiz aos jovens de 14 a 24 anos de idade.

A aprendizagem é inicialmente regulada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo regulamentada com a Lei Nº 10.097/2000 e modernizada com a promulgação das Leis Nº 11.180/2005 e Nº 11.788/2008. Também o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) prevê em seus artigos 60 a 69, o direito à aprendizagem, salientando a importância da proteção integral à criança e ao adolescente quando se trata de trabalho.

A consolidação da Lei da Aprendizagem, bem como o cumprimento da mesma, deu-se mediante o Decreto Federal Nº 5.598/2005 que determina que as empresas destinem de 5% a 15% de seu quadro de funcionários para a contratação de aprendizes. Os quais devem receber qualificação profissional em Instituições Técnico Qualificadoras Metódicas registradas junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Todo adolescente e jovem de 14 a 24 anos de idade pode ser contratado como jovem aprendiz, desde que esteja cursando o ensino fundamental ou médio. Estes adolescentes e jovens terão direito à remuneração específica, sendo esta um salário mínimo hora²⁰, tendo como carga horária de trabalho 4 a 6 h diárias (nestas inclusas as atividades teóricas na

²⁰A lei garante ao aprendiz o direito ao salário mínimo-hora, observando-se, caso exista, o piso estadual. No entanto, o contrato de aprendizagem, a convenção ou o acordo coletivo da categoria poderá garantir ao aprendiz salário maior que o mínimo (art. 428, § 2º, da CLT e art. 17, parágrafo único do Decreto nº 5.598/05). Além das horas destinadas às atividades práticas, deverão ser computadas no salário também as horas destinadas às aulas teóricas, o descanso semanal remunerado e feriados. (BRASIL, 2009)

Instituição qualificadora). O vínculo empregatício dá-se por meio do contrato de aprendizagem que tem prazo determinado, segundo o que salienta a Lei Nº 10.097/2000 em seu art. 428:

Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação. (BRASIL, 2000)

Segundo a referida Lei, o aprendiz prestador de serviço à empresa tem direitos trabalhistas assegurados pela CLT, como 13º salário e férias que devem coincidir com as férias escolares e cujo parcelamento é vedado, bem como os demais benefícios concedidos aos demais empregados. O vínculo empregatício é consolidado pela CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) devendo ser anotadas na carteira de trabalho do jovem aprendiz trabalhador.

Já as empresas contratantes de jovem aprendiz recebem incentivos fiscais e tributários tais como:

- Recolhimento de apenas 2% de FGTS (alíquota 75% inferior a contribuição normal);
- Empresas registradas no “Simples”, que optarem por participar do programa, não terão acréscimo na contribuição previdenciária;
- Dispensa do Aviso Prévio Remunerado;
- Isenção de multa rescisória;

A Lei da Aprendizagem prevê ainda que, como encargos a empresa contratante deve recolher a alíquota de 2% sobre os valores de remuneração de cada jovem, inclusive sobre gratificações, para crédito na conta vinculada ao FGTS. O recolhimento da contribuição ao INSS é obrigatório, sendo o aprendiz segurado-empregado²¹.

Como já citado anteriormente, a qualificação profissional do jovem aprendiz pode ser organizada e desenvolvida por instituições formadoras legalmente qualificadas a exemplo dos Serviços Nacional de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR, SENAT, SESCOOP). As

²¹Fonte: **Portal MTE** (sítio 2010). Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2010.

escolas técnicas, segundo a regulamentação, também estão aptas a ministrar a qualificação. As entidades sem fins lucrativos que objetivam assistir a adolescentes e promover sua qualificação profissional, podem credenciar-se junto ao MTE, todavia, para desenvolver este trabalho precisam estar registradas no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de sua cidade. Estas são fiscalizadas pelos Conselhos Tutelares, e registradas no Manual da Aprendizagem²² e objetivam acompanhar as questões de adequação de espaço, da constituição legal da entidade, bem como das condições para a aprendizagem previstas no ECA.

Cabe aos Conselhos Tutelares promover a fiscalização dos programas desenvolvidos pelas ESFL, para os aprendizes menores de 18 anos, verificando, dentre outros aspectos, a adequação das instalações físicas e as condições gerais em que se desenvolve a aprendizagem, a regularidade quanto à constituição da entidade e, principalmente, a observância das proibições previstas no ECA e os requisitos elencados no art. 3º, *caput* e incisos I a VII, da Resolução nº 74, de 13 de setembro de 2001, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). (BRASIL, 2009)

Cabe à Superintendência Regional do MTE fiscalizar o cumprimento das cotas de aprendiz nas empresas que se enquadram na exigência de contratação dos mesmos. No caso do não cumprimento da Lei da Aprendizagem as empresas estão sujeitas as seguintes penalidades:

- lavratura de auto(s) de infração e conseqüente imposição de multa(s) administrativa(s), no âmbito do MTE (art. 434 da CLT), garantido o direito de ampla defesa e contraditório;
- encaminhamento de relatórios ao Ministério Público do Trabalho (MPT), para as providências legais cabíveis – formalização de termo de ajuste de conduta, instauração de inquérito administrativo e/ou ajuizamento de ação civil pública;
- encaminhamento de relatórios ao Ministério Público Estadual/Promotoria da Infância e da Juventude para as providências legais cabíveis;
- nulidade do contrato de aprendizagem, com conseqüente caracterização da relação de emprego com aquele empregador, na forma de contrato de prazo indeterminado ainda que a contratação tenha sido feita por meio de ESFL (art. 15 do Decreto nº 5.598/05);
- encaminhamento de relatórios ao Ministério Público Estadual ou Federal, para as providências legais cabíveis, caso sejam constatados indícios de infração penal. (BRASIL, 2009)

²²Fonte: BRASIL. **Manual da aprendizagem**: o que é preciso saber para contratar o aprendiz. 4ed. Brasília: MTE, SIT, SPPE, ASCOM, 2009.

Porém, para que as penalidades acima citadas possam ser realmente impetradas, há a necessidade de uma Superintendência Regional do Trabalho e Emprego atuante e que esteja em campo, fiscalizando e autuando quando do não cumprimento da legislação vigente.

Tomando como referências as entidades qualificadoras sem fins lucrativos de Florianópolis, objeto desta pesquisa, à atuação da Superintendência do MTE em Santa Catarina tem deixado a desejar em muitos aspectos, o que tem impedido a abertura de novas vagas de aprendizagem em novas empresas contratantes, e em contra partida, dificultando a inserção de mais jovens no mercado de trabalho.

Em Florianópolis, conforme levantamento realizado no *site* do MTE e indicado no capítulo 01 do presente trabalho, temos 09 entidades qualificadoras sem fins lucrativos registradas e que prestam cursos de qualificação técnica aos adolescentes e jovens nelas inscritos objetivando o encaminhamento ao mercado de trabalho. Contudo, destas 09 instituições, 02 não foram localizadas no endereço indicado, restando, assim, apenas 07 qualificadoras sem fins lucrativos efetivamente à frente do trabalho de qualificação dos adolescentes e jovens desta cidade.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)²³ a população de Florianópolis em 2009 era de mais de 400 mil habitantes tendo, em média, 19% considerados jovens. Logo, verificamos que o número de entidades qualificadoras está aquém do ideal para suprir a necessidade de qualificação existente, o que corrobora a informação da demanda reprimida de jovens nas instituições de Florianópolis já cadastradas no MTE. Salienta-se, então, a necessidade de impulsionar a organização e inserção junto ao Cadastro Nacional de Aprendizagem de novas instituições qualificadoras, no intuito de ampliar o número de vagas para a qualificação do jovem aprendiz. Este é o desejo do Serviço Social do Instituto Engevix, que impulsionou o desenvolvimento deste estudo, buscando conhecer a qualificação já oferecida aos jovens para que, posteriormente, pudesse se delineada uma proposta a ser implantada nesta instituição.

²³Informação do Censo do IBGE de 2009.

3.2 A Qualificação Profissional em Florianópolis

A aprendizagem deve estar amparada na perspectiva de melhores condições profissionais futuras para o adolescente, não só na busca de sua inserção profissional, mas também de sua manutenção no mercado de trabalho. Assim, empregabilidade ganha um novo sentido, pois a aprendizagem não trata de buscar uma simples inserção no mercado de trabalho, a fim de alcançar uma remuneração temporária, mas de se buscar uma qualificação para que o adolescente possa, empregar-se de maneira qualitativa, no momento apropriado. A profissionalização não objetiva um emprego imediato e precário, mas empregabilidade através de qualificação. O aprendiz trabalha no intuito de se profissionalizar, portanto suas atividades devem ter ligação direta com o programa de aprendizagem teórico-prático da entidade qualificadora no qual está inserido.

Tendo como objeto de estudo a qualificação oferecida ao jovem aprendiz em Florianópolis, buscou-se alcançar o objetivo proposto de conhecer, analisar e apurar a efetividade da qualificação técnica oferecida aos adolescentes e jovens encaminhados ao mercado de trabalho pelas entidades técnico qualificadoras de Florianópolis. Para isso, delimitou-se como metodologia de estudo a pesquisa exploratória que possibilitou diferentes aproximações do objeto a ser estudado. Assim, após o levantamento realizado no *site* do MTE, das visitas realizadas nas entidades, o que possibilitou conhecer suas especificidades metodológicas, foi possível delimitar a amostra a ser estudada, a qual ficou definida como sendo as seguintes instituições: AFLOV, Projeto Pescar, FUCAS, PROMENOR, Centro Cultural Escrava Anastácia. Para aprofundar o estudo e conhecer mais amplamente esta amostra, segundo objetivo de conhecer a efetividade da qualificação oferecida aos jovens, elaborou-se entrevista semi estruturada com questões abertas. Estas serão sistematizadas segundo 05 eixos de análise, conforme veremos a seguir.

3.2.1 Eixos de análise da pesquisa

Os eixos de análise a seguir apresentados têm como objetivo compreender como é oferecida a qualificação técnica ao jovem aprendiz, segundo metodologia de ensino ministrada nas entidades qualificadoras de Florianópolis. Tais eixos tiveram por base os tópicos abordados nas entrevistas realizadas com as instituições qualificadoras.

3.2.1.1 Quanto à metodologia educacional adotada

Observou-se que das 05 entidades entrevistadas, 03 delas mencionaram usar a metodologia modular, onde a qualificação é desenvolvida segundo módulos já estabelecidos. Salienta-se que em 02 entidades foi citado Paulo Freire como embasamento da proposta educacional sendo elas PROMENOR e Centro Cultural Escrava Anastácia. Em 03 delas, (FUCAS, Projeto Pescar e Centro Cultural Escrava Anastácia) é proposto em sua organização um módulo específico para a formação cidadã, sendo este base para a inserção do módulo técnico.

Na AFLOV, destaca-se o fato das aulas teóricas serem ministradas no Campus da UNIVALI, pelos professores desta Universidade. O que possibilita desenvolver um plano pedagógico diferenciado para a qualificação do jovem aprendiz, segundo a experiência e capacidade profissional destes professores.

Na PROMENOR, destaca-se como diferencial a doutrina de Paulo Freire (2004) usada como base para a qualificação. No pensamento deste autor a educação deve ser de uma forma mais aberta a partir da qual o sujeito se constrói e faz parte do processo do início até o final.

Percebe-se que, as entidades qualificadoras de Florianópolis demonstram uma preocupação de organizar mais sistematicamente um módulo específico de qualificação, porém, das 05 entidades pesquisadas, apenas 02 estabelecem já no seu referencial teórico-metodológico uma opção pedagógica voltada ao aprendiz, como salienta Freire (2004), protagonista de sua trajetória profissional, portador de autonomia e ciente de seus direitos como cidadão.

3.2.1.2 Quanto aos eixos norteadores da proposta educacional versus procedimentos específicos para a qualificação oferecida

Verificou-se que as 05 entidades têm eixos norteadores para a elaboração de seu plano de ação para ministrar a qualificação do jovem aprendiz. Duas delas diferenciam-se: Projeto Pescar e Centro Cultural Escrava Anastácia. O Projeto Pescar apresenta em seus registros (2010) o que objetivo de desenvolver as potencialidades individuais de cada jovem segundo suas habilidades, atitudes, bases e conceitos. Já o Centro Cultural Escrava Anastácia tem como princípio norteador a realidade de subalternidade apresentada pelo jovem e procura salientar o cuidado com a vida, a desconstrução da subalternidade apresentada, pensando, falando e convivendo com o jovem segundo a sua realidade diária.

Ambas as entidades estão tentando romper o nexo de uma educação profissional aliada à lógica neoliberal que busca o adestramento dos indivíduo, que os transforma em “meros empregáveis”, segundo salienta Frigotto (2001). Buscam uma educação preocupada em ressaltar as qualidades dos jovens, levando-se em conta a realidade vivenciada, segundo suas condições sócio-econômicas, culturais e educacionais.

3.2.1.3 Quanto à estrutura de funcionamento e o acompanhamento oferecido aos jovens

Todas as entidades entrevistadas apresentam espaço físico e inovações tecnológicas como retroprojektor e computadores, destinados à qualificação teórica do jovem aprendiz. Salienta-se como diferencial o Projeto Pescar que oferece os módulos de qualificação no mesmo espaço, sendo este dentro de uma empresa que adquire a franquia²⁴ da Fundação Pescar com o objetivo de ministrar a aprendizagem.

Todas as entidades entrevistadas mencionaram o acompanhamento dos jovens tanto durante os módulos ministrados na entidade como durante a aprendizagem das atividades realizadas nas empresas. Das 05 entidades apenas o Projeto Pescar apresenta diferencial

²⁴Nesta modalidade a empresa compra a franquia da Fundação Pescar para implantar o projeto de qualificação do jovem aprendiz.

quanto ao acompanhamento dos jovens, já que não dispõe de equipe interdisciplinar (Psicólogo, Pedagogo, Assistente Social), porém dispõe de um educador que está diariamente com os jovens e que faz o acompanhamento constante deles no espaço de trabalho, dentro da empresa franquiada. Este é o único molde em que o jovem não exerce atividade configurada como trabalho, tendo apenas a preparação para a inserção profissional.

A Coordenadora do Centro Cultural Escrava Anastácia, salienta que recebe os jovens em casa, nos finais de semana, e que seu telefone celular está constantemente à disposição dos jovens, para procurá-la quando precisarem. Isso se dá em função do contexto em que estes jovens estão inseridos, que envolve o tráfico e outras artimanhas do crime que os envolvem buscando enredá-los. Outra particularidade do Centro Cultural Escrava Anastácia é manter um projeto paralelo que se denomina Rito de Passagem, no qual o jovem a partir de 15 anos de idade participa diariamente de atividades na instituição, tendo inúmeras oficinas que objetivam o fortalecimento da cidadania e a desconstrução de sua subalternidade. Estes jovens posteriormente são encaminhados ao mercado de trabalho por meio do projeto jovem aprendiz.

A FUCAS argumenta que o diferencial está centrado no fato de terem recursos próprios advindos da gestão de mais de 30 anos dos convênios da CASAN. A desvinculação da CASAN já ocorreu há algum tempo, porém, os recursos foram multiplicados e atualmente permite a contratação de educadores com nível superior e pós-graduados, bem como pode oferecer uma estrutura física mais elaborada para a qualificação do jovem aprendiz.

3.2.1.4 Quanto aos cursos ofertados pelas entidades qualificadoras e os mais procurados pelos jovens

Das 05 entidades ouvidas, apenas 03 mencionaram apresentar outros cursos além de auxiliar administrativo ou técnicas bancárias. Estas são: FUCAS, que desenvolve um módulo para a área específica da empresa onde o jovem está inserido, assim os módulos são únicos tendo apenas uma parte diferenciada segundo a atividade realizada pelo aprendiz na empresa contratante; O Projeto Pescar, que oferece 23 cursos diferenciados segundo interesse da empresa que adquire a franquia da Fundação Pescar; Centro Cultural Escrava Anastácia, que oferece cursos de técnica de alimentação para supermercado, qualidade no atendimento e

vendas e serviço de limpeza e conservação. Todas as entidades salientaram que o curso de auxiliar administrativo é o que tem maior demanda de procura dos jovens interessados, bem como é o mais procurado pelas empresas contratantes, tendo como ensejo ser ministrado em larga escala.

O Centro Cultural Escrava Anastácia mencionou que, segundo pesquisa realizada pela instituição, um segmento que tem necessidade de qualificação de mão-de-obra e que contrata um maior número de jovens é o supermercadista. Logo tem concentrado suas ações no Curso de Técnicas de Alimentação para Supermercado, o qual atualmente tem cerca 50 jovens inseridos e que apresenta uma média de 70% de efetivação quando do término do contrato de aprendizagem.

Para Freire (1996), a educação vai além da técnica, visa à totalidade do ser em seu sentido mais humanizador, criativo e transformador. Além do trabalho e ser humano se forma para a vida, para o lazer e a socialização.

Assim como mencionado anteriormente e salientado por Antunes (2001), esta demanda de vagas em serviços administrativos é reflexo da conjuntura capitalista que, em uma lógica societal, estabelece a necessidade de uma empresa “enxuta” que deixa de absorver mão-de-obra específica para a contratação de trabalhadores temporários, terceirizadas, ou jovem aprendiz, diminuindo custos com encargos trabalhistas e vínculo empregatício.

Para Antunes (2001),

É preciso que se diga de forma clara: desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo “mundo empresarial”, são expressões de uma lógica societal onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução deste mesmo capital. Isso porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode *diminuir* o trabalho vivo, mas *não elimina-lo*. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo. (ANTUNES, 2001, p. 38)

3.2.1.5 Quanto ao acompanhamento do jovem aprendiz egresso dos programas; oportunidades aproveitadas, continuidade dos estudos e efetiva inserção profissional

Da totalidade das instituições entrevistadas apenas o Projeto Pescar apresenta efetivamente um acompanhamento sistemático de seus egressos, sendo função do educador de cada turma prestar anualmente, durante dois anos, relatório à Fundação Pescar, sobre as escolhas profissionais e educacionais de seus alunos. O índice aponta mais de 70% dos jovens que passaram pelo Projeto Pescar estão no mercado de trabalho, alguns estão na universidade e outros são empreendedores, tendo seu próprio negócio.

A AFLOV mencionou que já havia identificado a falta de acompanhamento sistemático dos egressos como uma falha em seu processo de qualificação, sendo prioridade buscar corrigir a falha, segundo planejamento da instituição. As demais instituições não têm como sistemática acompanhar seus egressos após seu desligamento do projeto jovem aprendiz.

Portanto, observa-se uma preocupação mais imediata das entidades de inserir o jovem no mercado de trabalho, porém, em sua maioria, não há informação quanto à sua permanência no mercado. Assim, não há como medir a eficácia dos cursos oferecidos por estas instituições uma vez que não existem dados para análise quantitativa.

3.3 Diferenciais Metodológicos Apresentados

É possível perceber que algumas instituições apresentam metodologia de trabalho diferenciada quanto à qualificação do jovem aprendiz. Em se tratando do Centro Cultural Escrava Anastácia, percebemos que estão voltados ao atendimento de jovens em risco social e extrema vulnerabilidade, tendo, portanto, que usar de técnicas e métodos para a qualificação que os possibilite a superação de seus próprios limites. Para tanto, os profissionais da instituição têm um relacionamento diferenciado com estes jovens, oferecendo um atendimento individualizado que possa proporcionar um suporte para a superação de seus medos e anseios.

Quanto a FUCAS podemos destacar o diferencial na metodologia da Fundação Pró-Cerrado²⁵. Esta metodologia está centrada no desenvolvimento humano e na busca constante do fortalecimento do sujeito e da sua autonomia.

²⁵Foi criada em 1994, em Goiás, Goiânia, e desenvolve o Programa Jovem Cidadão que já qualificou mais de 20.000 jovens para o mercado de trabalho.

Como podemos perceber algumas instituições apresentam algumas particularidades quanto à sistemática de elaboração da qualificação a ser oferecida ao jovem. Neste universo de 05 entidades destaca-se o Projeto Pescar por sua peculiaridade em apresentar um modelo totalmente diferenciado dos demais, no qual o jovem desenvolve a qualificação no ambiente empresarial e não em uma instituição qualificadora, (tendo apenas o material dos módulos fornecido pela Fundação Pescar, entidade registrada no MTE). Os módulos estão centrados em fortalecer o indivíduo como sujeito de direitos, ocupando esse eixo 60% do curso e os demais 40% sendo usados para a parte técnica.

O Centro Cultural Escrava Anastácia difere-se pelo público que atende: mais excluído e vulnerabilizado, apresentando um maior grau de dificuldade para ser qualificado no acesso ao mercado de trabalho. Neste intuito a instituição realiza um trabalho diferenciado, no qual precisa ganhar a confiança do jovem que muitas vezes é estigmatizado e rotulado segundo seu histórico de drogadição ou cumprimento de medida sócio-educativa. Assim, cabe à instituição desconstruir os obstáculos e contribuir para desconstruir conceitos que impedem este jovem de ingressar no mercado de trabalho, seja com o próprio indivíduo, que precisa vencer seus limites, ou mesmo com a classe empresarial que receia contratar um jovem oriundo de tal realidade.

Dois cenários distintos são apresentados pelo Projeto Pescar e pelo Centro Cultural Escrava Anastácia, nos quais vemos o antagonismo entre a força do capital e as consequências emergentes de suas seqüelas. Na primeira, uma unidade de jovem aprendiz é organizada dentro do meio empresarial, onde o interesse muitas vezes é apenas qualificar mão-de-obra para a produção de mais-valia para a própria empresa que adquiriu a franquia da Fundação Pescar. Na segunda, a intenção é resgatar estes jovens da subalternidade e restituir-lhes a auto-estima, a condição de cidadão e incentivá-los a buscar seus direitos, reintegrando-os à sociedade. Duas lógicas que explicitam a dicotomia entre capital e trabalho e suas faces de acumulação do capital e exploração da mão-de-obra que resultam em desigualdades sociais e transformam os indivíduos em massa de manobra.

Para Antunes (2001),

O despotismo torna-se então mesclado com a manipulação de trabalho, com o “envolvimento” dos trabalhadores, *através de um processo ainda mais profundo de interiorização do trabalho alienado (estranhado)*. O operário deve pensar e fazer pelo e para o capital, o que aprofunda (ao invés de abrandar) a subordinação do trabalho ao capital. (ANTUNES, 2001, p. 42)

Percebe-se, então, que a força do capital permanece fazendo reféns onde deveria libertar e qualificar para que o indivíduo pudesse obter sua autonomia. Neste sentido a educação profissional tem outro obstáculo a ser superado que é opor-se à lógica do capital para não sucumbir a ela e reeducar os jovens que buscam qualificação profissional para serem apenas meros reprodutores de sua força de trabalho em troca de salários ínfimos.

Para Frigotto (2006), uma educação emancipatória tem como objetivos uma educação básica e profissional ambas de qualidade – educação politécnica –, mas não para atender os interesses mercadológicos, porém em prol de uma educação que propicie meios para que o trabalhador tenha efetivamente conhecimentos e lutem por seus direitos, pois são cidadãos. Assim, a saída seria uma educação escolar pública, universal, laica, unitária e politécnica. A educação politécnica teria como objetivo “uma qualificação ou formação técnico-profissional que supere a tradição do adestramento e articule conhecimento científico e filosófico e trabalho, cultura e vida.” (FRIGOTTO, 2006, p. 268)

Após esta análise verifica-se a possibilidade de implantação do Projeto Jovem Aprendiz no Instituto Engevix, porém, é necessário observar o que é viável e o que é inviável segundo as experiências verificadas na amostra da pesquisa realizada. Assim, reunimos elementos das instituições estudadas para traçar o perfil do projeto a ser desenvolvido no Instituto Engevix. O sistema modular apresenta boa eficácia na sistematização das ações metodológicas usada para a qualificação do aprendiz. Portanto, observa-se que é um método que pode ser usado também no Instituto Engevix quando da implantação do programa nesta instituição.

Há a necessidade da construção de eixos norteadores para a elaboração do conteúdo a ser ministrado, o qual deve centrar-se em promover o fortalecimento da cidadania do indivíduo, e o desenvolvimento de sua autonomia. Neste sentido, salientamos a metodologia tanto do Projeto Pescar, como do Centro Cultural Escrava Anastácia que, segundo a realidade apresentada pelos indivíduos, buscam fortalecer seu potencial, melhorando sua auto-estima e desenvolvendo suas habilidades. Há ainda a necessidade da educação profissional ter um aporte teórico a ser seguido buscando sempre a qualificação do aprendiz e não apenas o mero ensino de técnicas de trabalho a serem reproduzidas mecanicamente.

O espaço físico para desenvolver a qualificação dos módulos de aprendizagem deve ser equipado com recursos multimídia que possibilitem aulas mais dinâmicas e interativas. O espaço físico ocupado atualmente pelo Instituto Engevix, já composto por salas de aulas e sala

de informática, poderá ser adaptado para prestar a qualificação do jovem aprendiz, segundo a necessidade. Os educadores atualmente contratados para o Projeto Jornada Ampliada e Cursos Profissionalizante de Informática na instituição poderão ser remanejados para a qualificação do jovem aprendiz, não necessitando, assim, a contratação de novos educadores. Observou-se que há necessidade de um acompanhamento sistemático dos jovens durante o período de qualificação, tanto nas atividades realizadas na instituição, como na qualificação ministrada nas empresas. Deste modo, a equipe técnica já contratada da instituição composta por Psicopedagoga, Psicóloga e Assistente Social poderá realizar este trabalho de acompanhamento dos jovens nos espaços onde estão inseridos.

Quanto aos cursos a serem ministrados para a qualificação do jovem aprendiz, há a necessidade de um estudo mais aprofundado no sentido de verificar formação que possibilitará ao indivíduo não apenas tornar-se empregável momentaneamente, mas que possibilite sua permanência no mercado de trabalho por sua qualificação técnica obtida. Outro ponto a ser observado é o local no qual estes indivíduos serão inseridos como jovem aprendizes, ou seja, qual empresa os contratará como aprendiz. A Engevix Engenharia S.A. certamente oferece espaço para a inserção de boa parcela de jovens. Deste modo, é necessário pensarmos uma qualificação voltada para a mão-de-obra especializada para o segmento da empresa.

Outro ponto relevante é o acompanhamento dos egressos, que, segundo observou-se na pesquisa realizada, tem sido feito apenas pelo Projeto Pescar. Portanto, para verificar a efetividade das ações desenvolvidas quanto à qualificação do jovem aprendiz é necessário promover um acompanhamento sistemático desses jovens mesmo quando desligados do projeto.

Assim, delineia-se o perfil da qualificação a ser desenvolvida pelo Instituto Engevix, que objetiva ampliar o número de vagas para a qualificação de jovem aprendiz em Florianópolis, como também oferecer outras possibilidades aos jovens que já são assistidos pela instituição nas atividades dos projetos desenvolvidos, qualificação esta que deve ser emancipadora, possibilitando aos indivíduos quebrar o ciclo de vulnerabilidade que os envolve.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso, de forma ampla, buscou conhecer e analisar a qualificação oferecida ao jovem aprendiz por meio das entidades qualificadoras não governamentais de Florianópolis. Para tanto, foi elaborado uma sistemática de estudo e análise visando conhecer as entidades qualificadoras de Florianópolis e sua metodologia de qualificação do jovem aprendiz.

Assim como previsto como objetivo geral deste trabalho, todas as entidades qualificadoras de jovem aprendiz de Florianópolis foram mapeadas de acordo com as informações obtidas no *site* do MTE. Após seu mapeamento foram contactadas via telefone para confirmar seu endereço e ainda para agendar visita institucional. Salienta-se que duas delas, mesmo constando do cadastro no MTE, não foram localizadas por não coincidir o endereço informado com a sua sede.

As visitas institucionais, agendadas com os coordenadores do programa jovem aprendiz, tiveram a finalidade de conhecer as instalações físicas e sua proposta de formação de jovens aprendizes.

Segundo o estudo realizado, observou-se que a qualificação profissional em Florianópolis, ofertada pela organizações não governamentais, está voltada para a inserção do jovem no mercado de trabalho, contemplando o que determina a Lei da Aprendizagem. Porém, levando-se em consideração as análises realizadas, podemos perceber que em alguns pontos específicos – principalmente quanto à metodologia utilizada para a qualificação – algumas entidades qualificadoras estão distantes do ideário de qualificar. Jovens estão apenas aprendendo a desenvolver técnicas, o que não garante que estejam aptos a ingressar no mercado de trabalho e a permanecer nele, tendo a ciência de seus direitos como cidadão e de suas potencialidades como trabalhador.

Do conjunto identificado e tomando como referência os critérios de: entidade com método de ensino técnico-profissionalizante diferenciado, que tenha como base pedagógica o fortalecimento da cidadania e o crescimento do sujeito como cidadão de direito; Qualificação com metodologia inovadora e que busque de maneira adequada interligar os módulos teórico e prático, oportunizando aprendizado ao indivíduo de forma sistemática; Instituição que tenha como prioridade a melhoria da qualidade da inserção profissional dos indivíduos atendidos, objetivando que todos possam ter acesso aos benefícios da Lei da Aprendizagem foi possível agrupar as instituições em cinco núcleos distintos de organizações que ofertavam qualificação

do jovem aprendiz, sendo: PROMENOR; Centro Cultural Escrava Anastácia; Projeto Pescar; AFLOV; FUCAS.

Destas, as que mais nos chamaram a atenção, apresentando elementos significativos em sua metodologia adotada que possibilitam a qualificação efetiva do jovem, como também o fortalecimento da formação cidadã, foram o Centro Cultural Escrava Anastácia, o Projeto Pescar e a FUCAS.

Após a realização do estudo, foi possível delinear alguns indicativos e/ou referências de análise, com o intuito de contribuir com o Instituto Engevix para que este possa verificar a viabilidade da implantação do Projeto Jovem Aprendiz na instituição. Estas sugestões foram feitas com base nas experiências obtidas nas instituições mapeadas para análise da pesquisa. Após verificar, segundo referencial teórico, os pontos relevantes e os que precisam ser repensados, esboçamos uma linha de trabalho que está baseada em alguns pontos principais como: elaboração de uma metodologia educacional baseada em um referencial teórico fundamentado em uma perspectiva que leve em consideração que a aprendizagem, segundo Freire (2004), é um processo político de formação e transformação onde quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado, quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender; acompanhamento sistemático da qualificação do jovem aprendiz tanto durante sua inserção no programa, quanto após seu desligamento; espaço físico que permita a exposição de aulas interativas com metodologia inovadora; análise precisa do curso a ser oferecido para, assim, oportunizar uma efetiva qualificação técnica ao jovem, baseada não apenas na necessidade do mercado, mas pensando o sujeito como protagonista de sua trajetória profissional.

Assim, ao finalizarmos este Trabalho de Conclusão de Curso, concluímos que a implantação do Projeto Jovem Aprendiz no Instituto Engevix é viável e certamente trará benefícios aos adolescentes e jovens da comunidade na qual está inserido. A abertura de novas vagas de qualificação acarretará ainda em novas oportunidades de inserção profissional diminuindo, assim, a demanda reprimida de jovens que estão inscritos em outras instituições esperando por uma oportunidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovani; ANTUNES, Ricardo. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação Social**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 23 out. 2010.

ANGOTTI, José André; AURAS, Marli (org.). **Cenas e Atores na Educação**. Florianópolis: UFSC/CED, 1996.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho**: metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Cidadania Negada**: trabalho e precarização numa ordem neoliberal. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Crise e Poder**. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Bointempo, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

_____. **Manual da aprendizagem**: o que é preciso saber para contratar o aprendiz. 4ed. Brasília: MTE, SIT, SPPE, ASCOM, 2009.

_____. **Portal MTE** (sítio 2010). Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2010.

_____. **Portal do Planalto** (sítio 2010). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/public>. Acesso em: 18 nov. 2010.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

DEL PINO, Mauro A. B. **Educação, trabalho e novas tecnologias**: as transformações nos processos de trabalho e de valorização do capital. Pelotas: Editora Universitária UFPel, 1997.

ENGEVIX, Instituto. **Estatuto Social**. Florianópolis, 1º de março de 2004.

_____. **Portal Engevix** (sítio 2010). Disponível em: <http://www.institutoengevix.com.br>. Acesso em: 20 mai. 2010.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 13.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

FRIGOTTO, Gaudencio. **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: LIMA, Julio Cesar França; NEVES, Lucia Maria W. (org). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz/ESPSJV, 2006.

GARRETÓN, Manuel Antoni. Cidadania, integração nacional e educação: ideologia e consenso na América Latina”. In: ALBALA-BERTRAND (org.). **Cidadania e educação**. Campinas: Papirus; p. 87-102, 1999.

GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN, Maria da Gloria. Conselhos populares e participação popular. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, nº 34, 1995.

_____. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 1999a.

_____. **Movimentos e Lutas Sociais na História do Brasil.** São Paulo: Loyola, 1995.

_____. **Movimentos Sociais e educação.** São Paulo: Cortez, 1999b.

_____. **Sem-terra, ONGS e cidadania.** São Paulo: Cortez, 1997a.

_____. **Teoria dos movimentos sociais.** São Paulo: Cortez, 1997b.

LEHER, Roberto. 1998. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza.** Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1998.

MARTINELLI, Talita. **Plano de Trabalho do Serviço Social (Instituto Engevix).** Florianópolis, 2010.

_____. **Relatório Semestral de Atividades do Serviço social (Instituto Engevix).** Florianópolis, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde.** 2. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. O serviço social frente ao Neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. **Revista Serviço Social e Sociedade, nº 53,** São Paulo, Cortez, nº 53, 1997.

_____. Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil”: Estado e “terceiro setor” em questão. **Revista Serviço Social & Sociedade, nº 59,** São Paulo, Cortez, 1999.

OLIVEIRA, José Arimatés de. Responsabilidade social em pequenas e médias empresas. **Revista de Administração de Empresas, nº 24 (4), 204,** out./dez.1984.

PAIVA, Vanilda. Desmistificação as profissões. **Contemporaneidade e Educação,** Rio de Janeiro, ano II, nº 1, 1997.

_____. O mundo em mudança (virando o milênio). **Contemporaneidade e Educação,** Rio de Janeiro, nº 6, 1999.

_____. **Produção e qualificação para o trabalho:** uma revisão da bibliografia internacional, TD 214. Rio de Janeiro: IEI-UFJR, 1989.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. **[Pesquisa Exploratória]**. Revista Saúde Pública, vol. 29, nº 04, São Paulo, 1995.

SPOSATI, A. O. **A Assistência Social no Brasil 1983-1990**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Especificidades e intersetorialidade da política de assistência social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 77, São Paulo, Cortez, março 2004.

TIJOLO por Tijolo sem Magia. Revista Carta Capital. São Paulo, nº 1, p.11, agosto 2004. Edição Especial.

VERONESE, J. R. P.; CUSTODIO, A. V. **Trabalho Infantil:** a negação do ser criança e adolescente no Brasil. Florianópolis: OAB-SC, 2007.

APÊNDICE

Apêndice A

Entrevista

- 1) A proposta educacional desenvolvida está vinculada a uma metodologia em específico (método, procedimentos) para a qualificação do jovem aprendiz?
- 2) A proposta educacional tem eixos norteadores de estudo e procedimentos específicos? Qual é a finalidade da proposta educacional (que tipo de formação se deseja oferecer)?
- 3) Qual a estrutura de funcionamento que está disponível ao jovem? Como é feito o acompanhamento dos mesmos durante o processo de aprendizagem?
- 4) Quais os cursos oferecidos? Porque estes cursos? E, quais são os mais procurados pelos jovens?
- 5) Há algum acompanhamento posterior ao desligamento do jovem da qualidade de aprendiz? Sabe-se quais as oportunidades foram aproveitadas? Se continuam estudando, se estão inseridos efetivamente no mercado de trabalho?

Apêndice B

	1) Pergunta: A proposta educacional desenvolvida está vinculada a uma metodologia em específico (método, procedimentos) para a qualificação do jovem aprendiz?
Entidade	Resposta
FUCAS	De Setembro pra cá firmou Parceria com a Fundação Pro Cerrado, que forneceu metodologia que é usada pela FUCAS. Método da engrenagem que funciona em 3 módulos, sendo os jovens permanecem os 15 primeiros dias (iniciação) na FUCAS onde obtém uma série de conteúdos para que possam ingressar na empresa (comportamento, ética, qualidade de vida no trabalho). Segundo inclusão digital, 15 encontros semanais. Módulo profissionalizante, vivências diárias na empresa, encontros com início meio e fim cada encontro, temas específicos em cada encontro. Esta é a chamada engrenagem, sendo que o jovem pode ingressar a qualquer momento. Módulo específico profissionalizante.
Pescar	Metodologia onde teoria e prática são no mesmo espaço, sendo que 60% é a parte desenvolvimento pessoal e cidadania, comportamental e 40% a prática. Forma auxiliar técnico, sendo iniciação profissional. Metodologia modular, sendo 23 cursos avaliados pelo Ministério da Educação. Módulos prontos que são enviados para o responsável que irá ministrar as aulas.
AFLOV	A proposta educacional é desenvolvida de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, onde é feito um cadastro e o acompanhamento do processo de formação dos aprendizes. A metodologia se baseia entre aulas teóricas e a atuação na empresa, sendo esta a prática do conteúdo aprendido.
PROMENOR	Os jovens já tem uma rotina de escola formal e de trabalho na empresa, busca fazer uma formação diversificada, diferenciada para que o jovem tenha interesse. Baseamos no pensamento de Paulo Freire que trata a educação de uma forma mais aberta onde o sujeito se constrói e faz parte do processo do início até o final.
C. Cultural Escrava	São dois eixos norteadores, um deles é a aprendizagem para o projeto, tem uma sistematização específica que faz com que o jovem construa junto. A outra direção é o cadastro nacional de aprendizagem que exige um curso técnico profissionalizante para que o jovem possa sair com a visão de

Anastácia | mercado. A metodologia é modular, sendo orientação do MTE. Trabalha transversalização, não são núcleos fechado. Sendo núcleo básico (educação pessoal e cidadã) e específico (técnico). O MTE quem determina a linha de trabalho modular.

2) A proposta educacional tem eixos norteadores de estudo e procedimentos específicos? Qual é a finalidade da proposta educacional (que tipo de formação se deseja oferecer)?

Entidade	Resposta
FUCAS	Embasamento é metodologia específica (MEMO) da Fundação Pro Cerrado, sendo que serve como esqueleto já que os educadores quem produzem as aulas a serem ministradas de maneira dinâmica tendo sempre uma novidade a ser apresentada. São 04 educadores contratados, sendo todos graduados.
Pescar	Os eixos são: Saber e ser> atitude; saber e fazer> habilidades; Conhecer>bases e conceitos. Competências, habilidades e atitudes. Desenvolver as potencialidades de cada indivíduo.
AFLOV	O curso de formação que oferecemos é para auxiliar administrativo, sendo as disciplinas desenvolvidas para esta formação específica. Porém, adotamos temas transversais como complemento, tendo como exemplo Meio Ambiente. Os temas transversais são abordados de forma interativa, com visitas de campo, proporcionando uma vivência maior sobre a temática, assim como, a integração do grupo. A finalidade da proposta educacional é preparar o jovem aprendiz para o mercado de trabalho.
PROMENOR	Os cursos em si, tem sua formatação, seus conteúdos objetivos, e a forma como serão abordados é que se procura fazer de forma diferenciada. Já que são adolescentes de 14 a 18 anos, o ideal é que não estivessem aqui, o nosso trabalho é fazer com que eles possam ingressar no mercado de trabalho da forma mais tranquila possível sem esquecer a condição de adolescente, mas não fazer por fazer apenas, pela condição legal, mas sim para contribuir para que acabem crescendo tanto na prática profissional como na vida pessoal. Os cursos são um para a área bancária e o outro de serviços administrativos, financeiros e comerciais que alcança todas as demais empresas. Objetiva facilitar a reinserção do mesmo no mercado de trabalho

	posteriormente. Quando as empresas privadas são as contratantes é mais fácil ficarem efetivados nas vagas, não é automático, mas boa parcela acaba ficando. Mas é importante as relações que desenvolve o que oportuniza muitas vezes a contratação em outras empresas com as quais ele se relacionou.
C. Cultural Escrava Anastácia	Eixo norteador é cuidado com a vida, pensar e agir a partir da margem (trabalho dentro das bases, da periferia, falar a linguagem dos jovens, pensar como eles objetivando aproximação),e desconstrução da subalternidade.
	3)Qual a estrutura de funcionamento que está disponível ao jovem? Como é feito o acompanhamento dos mesmos durante o processo de aprendizagem?
Entidade	Resposta
FUCAS	03 salas de aulas, TV de LCD, sala de informática com 30 notebooks O acompanhamento é feito, alem dos educadores em sala de aula, tem o auxilio da pedagoga, da psicóloga, assistente social e do coordenador de curso. Nas empresas é a assistente social e agora os educadores. A Cada 3 meses na empresa é feito pesquisa para avaliação. Isso é feito também com o jovem.
Pescar	Sala de aula dentro da empresa, tendo uma rotina diária de 8 a 11 meses. Tendo um professor constantemente com os jovens, sendo que o Projeto Pescar faz também o acompanhamento.
AFLOV	A equipe é constituída por professores, coordenador do curso, assistente social e psicóloga que fazem o acompanhamento diário. As salas de aula são equipadas com data show, computadores, ar condicionado.... o uso da tecnologia é muito importante no processo de aprendizagem pois proporciona uma aula mais dinâmica. Os professores avaliam os alunos durante o desempenho nas aulas, frequência (é necessário 75%) e uma avaliação final para conclusão da média do módulo ministrado. É aplicado uma avaliação pelo coordenador ao final de cada módulo e também para identificarmos o aproveitamento do aprendiz em relação a teoria e prática. É feito trimestralmente uma visita as empresas conveniadas para avaliar o desempenho dos menores aprendizes.
PROMENOR	04 salas de aula, um auditório e um lab. de informática, centro multimídia, trabalham com aula passeio, atividades externas que oportunizam a aprendizagem para se deslocar, conhecer... sendo que uma saída de campo proporciona material para varias aulas.. O acompanhamento é constante, sendo que mantemos uma relação próxima

	<p>com os orientadores nas empresas. Visita semestral nas empresas para resolver pequenas questões ou se houver necessidade em atendimento posterior. Durante os módulos os educadores fazem a avaliação. Acompanhamento de boletim e atestado de frequência fazendo orientações, advertindo quando necessário. Sendo que desistir da escola é pedir demissão. Muitos passam a valorizar a escola depois que começam a trabalhar...</p> <p>Tem uma equipe que interage em vario momentos, tem algumas funções que pessoas específicas fazem. Dois assistentes sociais, pedagoga, psicóloga, educadores sociais, dois estagiários e 4 educadores contratados. (antes eram prestadores de serviços) as educadoras sociais que fazem as visitas na empresas, sendo que o contato é diário quando há necessidade.</p>
<p>C. Cultural</p> <p>Escrava</p> <p>Anastácia</p>	<p>5 salas , um laboratório de informática, uma auditório audiovisual, um refeitório</p> <p>Uma sala de atendimento psicossocial, tendo duas psicólogas e duas assistentes sociais, 04 educadores e 01 pedagogo.</p> <p>O acompanhamento interno é feito pela coordenadora, e na empresas os educadores mensalmente fazem o acompanhamento, pessoalmente, via telefone e online. Sendo este diariamente.</p>
	4)Quais os cursos oferecidos? Porque estes cursos? E, quais são os mais procurados pelos jovens?
Entidade	Resposta
FUCAS	Não tem curso procurado já que a metodologia é a mesma para todos os aprendizes.
Pescar	<p>23 cursos oferecidos. Foram montados segundo a necessidade das empresas que tem dificuldade de mão de obra qualificada.</p> <p>Cursos mais procurados são os voltados para a indústria, os cursos de informática, de vendas e auxiliar administrativo.</p>
AFLOV	O Curso oferecido é para Auxiliar Administrativo, a opção por este curso se deu em função da necessidade das empresas conveniadas em terem mão de obra qualificada nessa área.
PROMENOR	Os jovens não procuram o curso, mas sim querem uma oportunidade de trabalhar. Estão tão afoitos para trabalhar que muitas vezes podem ter

	<p>experiências frustrantes ou que não seja as idéias para o jovem, já que não é todo o trabalho que o jovem pode fazer.</p> <p>Iniciou a aprendizagem em 2003 num convênio com a caixa econômica, que é banco encaminhamos jovens ao mercado de trabalho desde a década de 70 de acordo com a legislação, mas já tínhamos outras empresas conveniadas, Casan e Eletrosul, Tractebel, lojas de comércio varejista e pensou-se que cursos podemos fazer para atender as empresas se adequando a legislação e para não perder as vagas, foi aí que se optou por serviços administrativos, financeiros e comerciais, por que todas as empresas tem estas áreas, sendo que foi adequado segundo o MTE. A contratação dos educadores não remodelou o curso, apenas a forma de apresentação das aulas.</p> <p>Existe os cursos, os módulos e os conteúdos que foram determinados no momento de criação do curso segundo, apresentar e registrar no cadastro nacional de aprendizagem que é composto segundo regulamentação do MTE.</p>
<p>C. Cultural</p> <p>Escrava</p> <p>Anastácia</p>	<p>Alimentação para supermercado, foi feita uma pesquisa e percebeu-se que há necessidade de qualificação, sendo que contratam muitos jovens.</p> <p>Atualmente tem 50 jovens, sendo que a média é de 70% de efetivação.</p> <p>Rotinas administrativas, porque querem trabalhar em escritório, por uma questão de status. 100% querem estar nesta área.</p> <p>Qualidade no atendimento e vendas</p> <p>Técnicas bancárias</p> <p>Serviço, limpeza e conservação</p> <p>Os cursos vão sendo elaborados segundo a necessidade das empresas contratantes.</p>
	<p>5) Há algum acompanhamento posterior ao desligamento do jovem da qualidade de aprendiz? Sabe-se quais as oportunidades foram aproveitadas? Se continuam estudando, se estão inseridos efetivamente no mercado de trabalho?</p>
Entidade	Resposta
FUCAS	
Pescar	<p>Dois anos de acompanhamento depois de sair do projeto, seja via email, telefone ou outras redes sociais. O professor é o responsável, tendo que dar retorno para o Projeto Pescar anualmente. Mais de 70% dos jovens que passaram pelo projeto estão no mercado de trabalho, tendo ainda informação de outros estão na universidade e outros que são</p>

	empreendedores.
AFLOV	Durante o processo de formação incentivamos muito a continuidade dos estudos, pois a partir da metade do curso os aprendizes já identificam os resultados oferecidos pelo curso na realização das atividades que desempenham na empresa. Temos um bom índice de alunos que fizeram ENEM e estão cursando o ensino superior através do PROUNI. Atualmente cerca de 70% dos egressos ou estão estudando ou trabalhando e em alguns casos trabalham e estudam.
PROMENOR	Não há. O retorno é espontâneo dos próprios alunos que voltam para agradecer a oportunidade.
C. Cultural Escrava Anastácia	A linha de trabalho é de que o Centro Cultural é uma ponte, ou seja, o jovem vem para a instituição e aprende a andar com as próprias pernas, portanto não há acompanhamento posterior.

ANEXO

ESTATUTO SOCIAL



CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS DA ASSOCIAÇÃO

Artigo 1º – A ASSOCIAÇÃO, doravante denominada **INSTITUTO ENGEVIX**, dotada de personalidade jurídica de direito privado, é uma associação civil sem fins econômicos, de natureza filantrópica, com prazo de duração indeterminado, com sede e foro no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Major Costa nº 517, Centro, CEP 88020-400.

Parágrafo 1º: O INSTITUTO ENGEVIX será regido pela legislação pertinente, pelo presente Estatuto, por seu Regimento Interno e demais atos deliberativos baixados por seus órgãos, observadas as respectivas esferas de competência de cada órgão, na forma estipulada no presente Estatuto.

Parágrafo 2º: Para a consecução de suas finalidades, a Associação poderá abrir, manter e encerrar escritórios, ou representações em qualquer parte do território nacional.

Parágrafo 3º: A Associação será regida pela observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, da publicidade, da economicidade, da moralidade e da eficiência.

Parágrafo 4º: Inobstante estar o INSTITUTO ENGEVIX nascendo da reflexão e amadurecimento conjunto das pessoas físicas que integram o quadro societário da empresa ENGEVIX ENGENHARIA S/A e demais empresas de alguma forma a ela ou a seu quadro societário coligadas, quanto à real necessidade de se efetuar trabalhos que visem atingir uma efetiva contribuição para a obtenção do desenvolvimento social, técnico e econômico da Sociedade Brasileira, voltado essencialmente para os setores de maiores carências, notadamente envolvendo crianças e adolescentes carentes, através de um conjunto de ações sócio-educativas, sejam estas de ordem econômica, social, cultural ou técnica, o INSTITUTO ENGEVIX é pessoa jurídica de direito privado, independente, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, não se confundindo com esse ou qualquer outro setor, associação ou categoria profissional, tendo exclusivamente interesses e objetivos voltados para a área social, podendo nele integrar, na qualidade de associado, qualquer pessoa física ou jurídica que venha a preencher os requisitos estipulados no presente Estatuto.

Luiz Cel
RLB
1



Artigo 2º: O INSTITUTO ENGEVIX tem por finalidade:

I- Contribuir, de forma totalmente gratuita, para a inserção social de crianças e adolescentes carentes, através de um conjunto de ações sócio-educativas, dentre as quais cursos de informática e oficinas de música e artes, dança, capoeira teatro, consciência da importância do meio-ambiente, esportes, noções de saúde e higiene.

II- Promover atividades recreativas e culturais;

III- Oferecer apoio psicológico, pedagógico e assistência social a crianças e jovens carentes;

IV- Promover eventos, seminários, palestras, exposições, cursos voltados para o desenvolvimento de comunidades de baixa renda, bem como divulgar suas atividades e resultados;

V- Articular e coordenar estudos, pesquisa e desenvolvimento de tecnologias alternativas e de baixo custo para uso, aplicação e difusão na área de saúde, saneamento, habitação e outras áreas que tenham por objetivo atender à população de baixa renda;

VI- Criar e desenvolver, em convênio ou em parceria com organismos públicos e privados, programas de apoio à criança ou menor em situação de carência, para a implantação e efetivação de atividades assistenciais e culturais que visem a educação, a socialização, o lazer e a profissionalização desses menores, através de oficinas de artes, dança, idéias, alfabetização, esportes ou, ainda, outras formas de atuação que possam atingir as finalidades básicas aqui previstas;

VII- Colaborar com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, e desenvolver programas que visem a promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico, artístico e cultural brasileiro, a preservação e conservação do meio-ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável e da desmarginalização social, cultural e econômica da população carente;

Parágrafo único - Os serviços de educação ou saúde a que a entidade eventualmente se dedique, serão prestados de forma inteiramente gratuita e com recursos próprios, vedado seu condicionamento a qualquer doação, contrapartida ou equivalente.

Artigo 3º: - No desenvolvimento de suas atividades, a Associação não fará qualquer distinção de raça, cor, sexo, condição social, credo político ou religioso.

Parágrafo Único: - A Associação presta serviços permanentes e sem discriminação de clientela.

Artigo 4º: - A Associação poderá adotar Regimento Interno que, se aprovado pela Assembléia Geral, disciplinará seu funcionamento.

[Handwritten signatures and initials]
2 RFB



Artigo 5º: - A fim de cumprir suas finalidades, a entidade poderá se organizar em tantas unidades quantas forem necessárias, de conformidade com as regras estabelecidas neste Estatuto.

CAPÍTULO II – DOS ASSOCIADOS:

Artigo 6º: - Integram a Associação as seguintes categorias de associados:

I- Associados Fundadores: aquelas pessoas físicas ou jurídicas, signatárias do ato constitutivo do INSTITUTO ENGEVIX, que subscreveram a ata de constituição da entidade, presentes na assembléia de fundação;

II- Associados Contribuintes: todas as pessoas físicas ou jurídicas, que colaborarem para a realização dos objetivos da entidade e contribuirão com quantia financeira de forma espontânea;

III- Associados Participantes:- aqueles que participarem ativa e graciosamente das atividades da entidade, oferecendo apoio material e/ou seus serviços;

IV – Associados Honorários: as pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, e pessoas físicas, que tenham contribuído para o fortalecimento, desenvolvimento e resultado dos trabalhos realizados pela INSTITUTO ENGEVIX e que sejam indicados por unanimidade pelo Conselho Diretor e aprovados pelo voto da maioria dos associados em Assembléia Geral.

Artigo 7º: - Somente os associados fundadores e os associados contribuintes terão voz e voto nas assembléias gerais e poderão ser eleitos para os cargos administrativos da Associação. O direito a voto será exercido desde que os associados estejam quites com suas obrigações sociais. Os associados com direito a voto, poderão votar por procuração, com fim específico, com firma devidamente reconhecida, sendo que o Outorgado deverá ser previamente identificado.

Parágrafo 1º: Todos os associados participarão, na forma prevista pelos órgãos competentes, das atividades do INSTITUTO ENGEVIX, cabendo àqueles cooperar para a consecução dos fins sociais e pagar as contribuições pré-estabelecidas pela Assembléia que aprovar o orçamento para o exercício.

Parágrafo 2º: - A Assembléia Geral estabelecerá um valor mínimo para a contribuição anual devida por cada um dos associados contribuintes, a qual corresponderá a uma quota, representando um voto na Assembléia Geral. Assim, os votos da Assembléia geral são proporcionais às contribuições efetuadas no último exercício social, cabendo um voto a cada R\$ 1000,00 (um mil reais) de contribuição anual. Haverá proporcionalidade quanto ao número de votos e o valor da contribuição que vier a ser efetivamente paga por cada associado, de tal modo que o associado contribuinte que vier a pagar dez vezes o valor de uma contribuição anual mínima, terá o direito a dez votos na assembléia geral.

3 RFB



Parágrafo 3º : - As contribuições serão estabelecidas anualmente para o exercício seguinte pela Assembléia Geral, de conformidade com as propostas de metas a serem atingidas pela Diretoria, que deverão constar de relatório a ser apresentado em Assembléia.

Artigo 8º: - São deveres dos associados;

I- Respeitar e observar o presente Estatuto, o regimento interno se houver, e as deliberações da Diretoria e da Assembléia Geral;

II- Prestar à entidade toda a cooperação moral, intelectual, material, e lutar pelo seu desenvolvimento;

III- Comparecer às assembléias gerais quando convocados, e ainda participar sempre com o melhor espírito de colaboração para as atividades da entidade;

IV- Comunicar, por escrito, à Diretoria mudança de residência;

V- Integrar as comissões para as quais for designado, cumprir os mandatos recebidos e os encargos atribuídos pela Diretoria e/ou Assembléia Geral.

VI - Contribuir sempre para o engrandecimento da entidade, bem como fiscalizar fiel cumprimento de suas finalidades básicas.

Artigo 9º: - São direitos dos associados:

I- Votar e ser votado para cargos eletivos, observadas as disposições estatutárias.

II- Participar de todos os eventos patrocinados pela Associação;

III- Ter voz e voto nas assembléias gerais, observadas as disposições estatutárias da Associação;

IV – Pedir demissão, a qualquer tempo, mediante requerimento à Diretoria, estando quites com suas obrigações.

Artigo 10º – Serão admitidos na Associação na qualidade de associados, independentemente da categoria, as pessoas naturais dotadas de capacidade civil, nos termos do Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002, bem como as pessoas jurídicas legalmente constituídas, na forma da Lei. Em ambos os casos, mediante o preenchimento e apresentação da competente Ficha de Associado, a qual deverá ser aprovada nos termos do presente Estatuto.

Artigo 11º - Será excluído da Associação, após deliberação da Assembléia, o associado que, sem motivo justificado e aceito pela direção da Associação, violar quaisquer dos preceitos constantes do presente Estatuto.

RJB



Artigo 12º: - Os associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente pelos encargos da Associação, e também não terão qualquer direito no caso de retirada ou exclusão, não recebendo remuneração ou honorários por serviços ou trabalhos realizados.

Artigo 13º: - Com a finalidade de manter sua total e absoluta independência, a entidade não poderá encampar, defender ou privilegiar os interesses de qualquer entidade com finalidade lucrativa ou promocional.

CAPÍTULO III- DA ADMINISTRAÇÃO:

Artigo 14º:- Constituem órgãos administrativos da entidade:

I – Assembléia Geral;

II- Diretoria;

III- Conselho Fiscal.

Artigo 15º: - A Assembléia Geral é constituída pelos associados fundadores e contribuintes que terão direito de voto, desde que quites com as obrigações sociais e poderão, ainda, ser eleitos para os cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Parágrafo Único: - Aos demais associados é assegurado o direito de participar dos debates das matérias submetidas à deliberação da Assembléia.

Artigo 16º: -Compete à Assembléia Geral:

I- Discutir e deliberar sobre todo e qualquer assunto de interesse da entidade para o qual for convocada;

II- Eleger e destituir a Diretoria e os membros do Conselho Fiscal;

III- Deliberar sobre modificações no presente Estatuto;

IV- Decidir sobre a extinção do Instituto e o destino do seu patrimônio, a entidade congênere, respeitando todavia o parágrafo primeiro do artigo 61 do Código Civil.

V- Aprovar a indicação de associado honorário feita pela Diretoria;

VI- Fixar a política de atuação e metas gerais do Instituto;

5 RFB



VII- Deliberar sobre a alienação, hipoteca, permuta, gravames, sobre quaisquer bens patrimoniais, inclusive a aquisição de bens, concedendo autorização expressa à diretoria para tal fim;

VIII- Decidir sobre a organização de novas unidades do Instituto;

IX- Fixar anualmente as contribuições devidas pelos associados;

X- Aprovar a admissão e a exclusão de associados contribuintes;

XI- Apreciar o relatório da diretoria e decidir sobre a aprovação das contas e do balanço anual.

Artigo 17º: - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente por convocação do presidente:

I- No primeiro trimestre de cada ano para:

- a) apreciar o relatório anual da Diretoria;
- b) discutir e aprovar as contas e o balanço anual.

II- A cada três anos, no mês da fundação, para eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Artigo 18º: - A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente, sempre que convocada:

I- Pelo presidente;

II- Por requerimento dirigido ao presidente por 1/5 (um quinto) dos associados contribuintes;

III- A pedido do Conselho Fiscal dirigido ao presidente do Instituto.

Artigo 19º: - A Assembléia Geral será convocada para fins determinados, mediante prévio e geral anúncio, através de edital afixado na sede da entidade, por circulares ou outros meios adequados, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo 1º: - Qualquer assembléia instalar-se-á em primeira convocação com 2/3 (dois terços) dos associados e nas convocações seguintes, no mínimo, um terço (1/3) dos associados.

[Handwritten signature]
6 RLB



Parágrafo 2º: - As deliberações a seguir serão tomadas necessariamente e sempre pelo voto de 2/3 (dois terços) dos associados presentes a assembléia geral especialmente convocada para este fim:

- I- Alienar, hipotecar, dar em caução ou permuta bens do Instituto, constituir gravames, inclusive para a aquisição de bens imóveis;
- II- Extinguir o Instituto e nomear liquidante;
- III- Reformar parcial ou totalmente o presente Estatuto;
- IV- Destituir administradores.

Parágrafo 3º: - Quando a assembléia geral for solicitada pelos associados, as deliberações tomadas só serão válidas se o número de participantes da mesma não for inferior ao número de assinaturas contidas na solicitação;

Parágrafo 4º: - Nos demais casos, as deliberações serão tomadas pela maioria dos votos dos associados presentes.

Artigo 20º : - A Diretoria, órgão executor e administrativo da entidade, será formada por um presidente e dois vice-presidentes eleitos pela Assembléia Geral.

Parágrafo 1º:- Os diretores, associados, fundadores ou equivalentes, não perceberão remuneração vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Parágrafo 2º: - O mandato da diretoria será de 3 (três) anos, podendo reeleger-se sucessivamente, na ausência de associados que queiram assumir as funções e tenham a aprovação da Assembléia Geral.

Parágrafo 3º : - A Diretoria terá poderes para indicar alguém de sua livre escolha, desde que seja unânime essa escolha, que terá o título de diretor administrativo para gerir o dia-a-dia do Instituto, podendo vir a receber uma remuneração para essa finalidade, necessárias a aprovação de toda a diretoria e da assembléia geral.

Artigo 21º: - Compete à Diretoria:

- I – Administrar o Instituto, acompanhando a execução do programa de atividades;
- II- Cumprir e fazer cumprir rigorosamente o estatuto, o regimento interno, se houver, e as decisões da Assembléia Geral;
- III- Elaborar e apresentar à Assembléia Geral: o relatório anual, um orçamento para o exercício, a prestação de contas e as demonstrações financeiras e o plano de metas para o exercício seguinte;
- IV -Deliberar sobre a convocação de assembléias gerais;

[Handwritten signature]
7 RB



V- Aprovar a admissão e demissão de funcionários;

VI- Autorizar a celebração de contratos;

VII- Deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício do Instituto;

VIII- Propor a alteração do Estatuto e a extinção do Instituto, observadas as disposições deste Estatuto;

IX- Deliberar sobre os casos omissos;

X- Zelar pelo patrimônio e garantir o cumprimento das finalidades estatutárias, bem ainda indicar um diretor administrativo.

Artigo 22º : - A Diretoria reunir-se-á:

I- Ordinariamente, uma vez a cada dois meses;

II- Extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo 1º: – As convocações serão feitas pelo presidente ou pela maioria dos diretores.

Parágrafo 2º: - Das reuniões lavrar-se-á ata em livro próprio.

Artigo 23º - Compete ao Presidente:

I- Zelar com dedicação pelo bom andamento , ordem e prosperidade do Instituto;

II- Representar o Instituto ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

III- Constituir procuradores, aprovados previamente pela Diretoria, com fins específicos e, salvo os casos de procuração “ad judícia”, todas as demais terão também prazo de um ano;

IV- Cumprir e fazer cumprir o estatuto e o Regimento Interno, se houver;

VI- Presidir as assembléias gerais e reuniões da diretoria, subscrevendo com os demais diretores as respectivas atas;

V- Autorizar a execução dos planos de trabalho aprovados pela Diretoria.

VI – Abrir e encerrar contas bancárias e movimentá-las;

VII- Celebrar contratos de interesse do Instituto;

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Iolê Luz Faria".



VIII- Juntamente com os demais membros da Diretoria e mediante expressa e prévia aprovação da Assembléia Geral:

- a) Contrair empréstimos;
- b) Adquirir bens imóveis e aceitar doações com encargos onerosos;
- c) Alienar, hipotecar, dar em caução ou permutar bens do Instituto.

Artigo 24º : - Compete aos Vice-presidentes:

I- Auxiliar o presidente e substituí-lo em seus impedimentos, ou por delegação de poderes;

II- Cumprir fielmente todas as funções previstas no presente Estatuto à Diretoria.

Artigo 25º : - No caso de vacância de um ou mais cargos de diretoria, os substitutos serão escolhidos pela Assembléia Geral, por maioria de votos, e exercerão suas funções até o término do mandato da Diretoria.

Artigo 26º : - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) efetivos, de ilibada reputação, associados ao Instituto, eleitos a cada três anos pela Assembléia Geral, podendo ser reeleitos por igual período, sucessivamente, sendo os cargos de exercício gratuito.

Artigo 27º : - Compete ao Conselho fiscal:

I- Examinar os livros contábeis e demais documentos relativos à escrituração;

II- Verificar o estado do caixa e os valores em depósito;

III- Examinar o relatório da Diretoria e o balanço anual, emitindo pareceres para aprovação da Assembléia Geral;

IV- Expor à Assembléia Geral as irregularidades ou erros porventura encontrados, sugerindo as medidas necessárias ao seu saneamento.

V – Opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores do instituto.

Artigo 28º: - O Instituto Engevix não remunerará, sob qualquer forma, os cargos de sua diretoria e do Conselho Fiscal, bem como a atividade de seus sócios, associados ou fundadores, cujas atuações serão inteiramente gratuitas.

9 R/B



Artigo 29º: - O instituto Engevix adotará práticas de gestão administrativa necessárias e suficientes, a coibir a obtenção de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Artigo 30: - Não poderão ser eleitos para os cargos de diretoria ou do Conselho Fiscal do Instituto Engevix os sócios que exerçam cargos, empregos ou funções públicas junto aos órgãos de poder público.

CAPÍTULO IV - DO PATRIMÔNIO:

Artigo 31º: - O patrimônio do Instituto compor-se-á das contribuições dos associados, dos bens móveis e imóveis a ele pertencentes, ou que vierem a ser adquiridos por compra, doações, subvenções, legados, contribuições, donativos, auxílios oficiais ou subvenções de qualquer tipo ou natureza, e pela aplicação das receitas.

Parágrafo 1º: - O Instituto não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio entre seus sócios, associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou mantenedores, sob nenhuma forma ou pretexto, auferidos mediante o exercício de suas atividades.

Parágrafo 2º: - Todos os bens, rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais.

Parágrafo 3º: - As subvenções e doações recebidas serão integralmente aplicadas nas finalidades a que estejam vinculadas.

Parágrafo 4º: - O Instituto não constitui patrimônio exclusivo de um grupo determinado de indivíduos, famílias, entidades de classe ou de sociedade sem caráter beneficente de assistência social.

Artigo 32º: - Em caso de dissolução do Instituto, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

CAPÍTULO V - DO EXERCÍCIO SOCIAL:

Artigo 33º: O exercício financeiro coincide com o ano civil, terminado em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 34º: Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração contábil da associação, um balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício e uma demonstração das origens e aplicações de recursos.



CAPÍTULO VI – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Artigo 35º: A prestação de contas do Instituto observará as seguintes normas:

I – os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

II – a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;

III – a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;

IV – a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

CAPÍTULO VI- DISPOSIÇÕES GERAIS:

Artigo 36º: - O Instituto é constituído por prazo indeterminado, competindo à Assembléia Geral decidir, nos termos do estatuto sobre sua eventual extinção.

Artigo 37º: - O presente Estatuto Social poderá ser alterado, no todo ou em parte e em qualquer tempo, por decisão de 2/3 (dois terços) dos associados, em Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

Artigo 38º: - O Instituto será dissolvido por decisão da Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Artigo 39º: - Na hipótese de o Instituto obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei nº. 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdeu aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

Artigo 40º: - Os casos omissos ou duvidosos no presente estatuto serão resolvidos pela diretoria, por unanimidade, e em caso de não virem atingir unanimidade, deverão submetê-los à Assembléia Geral.



Artigo 41º: - Os associados fundadores do presente Instituto, eleitos pela Assembleia Geral, através da Ata de Constituição e de Eleição dos membros da Diretoria, respectivamente para o cargo de Presidente, o Sr. **José Antunes Sobrinho**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 778.834- SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 157.512.289-87, residente e domiciliado na Avenida Rubens de Arruda Ramos nº 1478, apartamento 501, no bairro Centro, na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, CEP 88015-700, nos cargos de vice-presidentes, o Sr. **Gerson de Mello Almada**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.408.755- SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 673.907.068-72, residente e domiciliado na Rua dos Moras, nº 418, apartamento 1, no bairro Alto de Pinheiros, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 05434-020, o Sr. **Cristiano Kok**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.229.000 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 197.438828-04, residente e domiciliado na Alameda Fiji nº346, Tamboré Residencial 3, no município de Santana do Parnaíba, estado de São Paulo, CEP 06543-010.

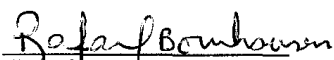
Florianópolis, 13 de dezembro de 2004.


José Antunes Sobrinho


Gerson de Mello Almada.


Cristiano Kok.

VISTO DO ADVOGADO:

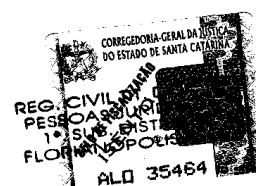

Rafael Barreto Bornhausen
(OAB/SC nº11.328)

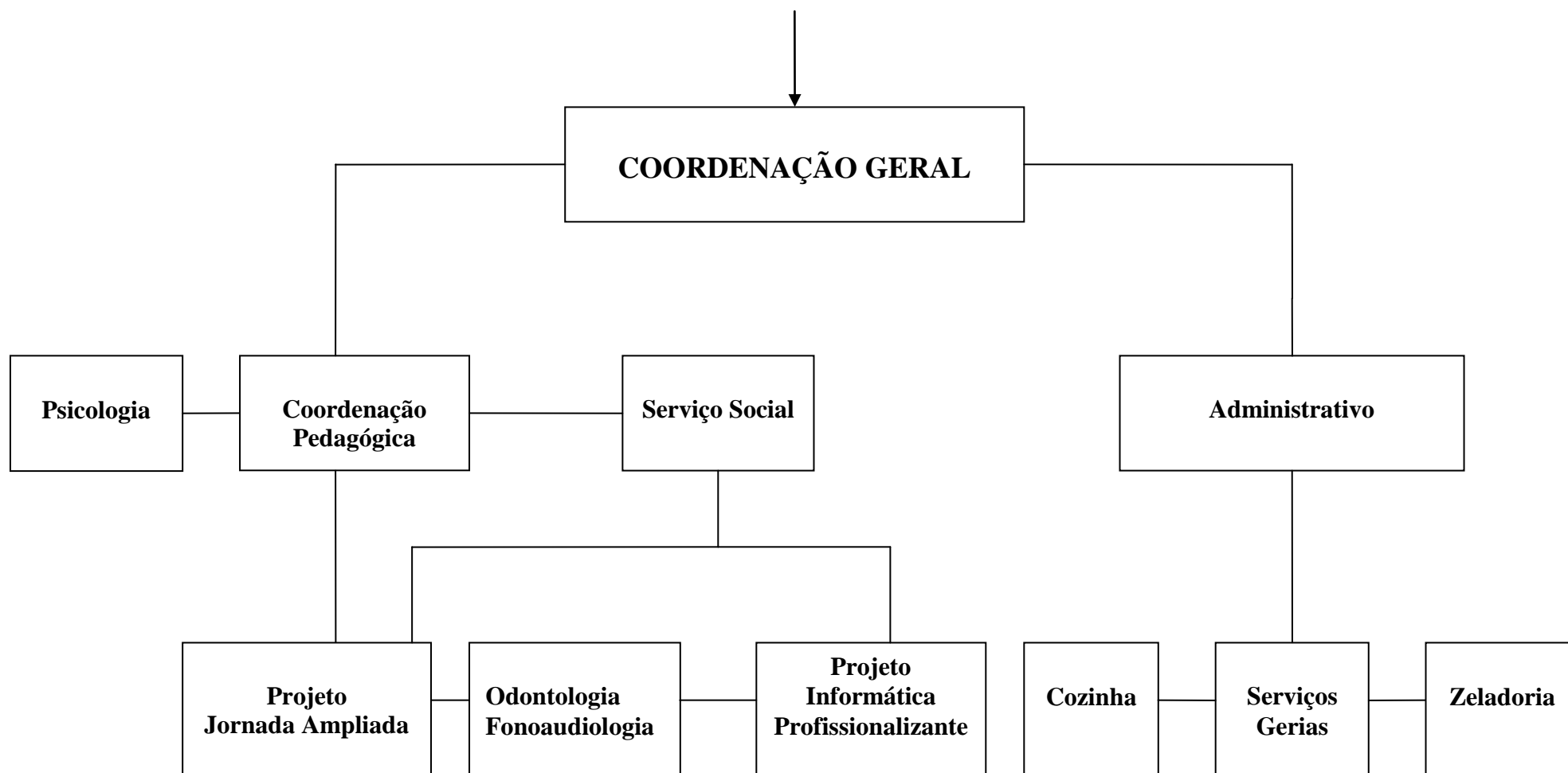
REGISTRO DE TÍTULOS DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS/FPOLIS
OFICIAL: IOLE LUZ FARIA

AVERBAÇÃO: Certifico que o presente documento é parte integrante da ATA DE FUNDAÇÃO DO INSTITUTO ENGEVIX, realizada no dia 13/12/2004, e devidamente registrada neste ofício sob nº 010952, às fls 168 do Livro A-49. O referido é verdade e dou fé.

Florianópolis, 24/01/2005 O Oficial


Isabel Faria de Souza
ESCREVENTE





INSTITUTO ENGEVIX

“Porque nós acreditamos no futuro deles.”

Técnica responsável
Assistente Social Talita Martinelli

Florianópolis, março de 2010

- **INTRODUÇÃO**

O presente documento tem por objetivo descrever a dinâmica de atendimento, bem como todas as atividades que são desenvolvidas pelo INSTITUTO ENGEVIX, nos seus projetos Jornada Ampliada e Informática profissionalizante, fornecendo um panorama geral da trajetória da sua estrutura e processo pedagógico.

Pretende-se através deste mecanismo de acompanhamento, descrever as ações desenvolvidas no período de março a novembro de 2009 no INSTITUTO ENGEVIX. Cabe, portanto ressaltar, que essas são embasadas em uma proposta de trabalho que busca, continuamente, formas inovadoras de enriquecer o aprendizado e a capacidade criativa da comunidade, auxiliando no seu desenvolvimento social e, com isso, promovendo o exercício da cidadania, assegurando-lhes os direitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8069/90 que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal.

- **APRESENTAÇÃO**

O INSTITUTO ENGEVIX iniciou suas atividades no dia 01 de março de 2004, com pouca experiência na área de trabalho, mas com objetivos bem definidos e com um imenso desejo de proporcionar serviços de qualidade para a comunidade.

A partir da sua idealização, buscou-se, primeiramente, conhecer a realidade existente, para então constituir uma identidade social e criar estratégias de atuação, estruturando assim, os projetos.

Desde o início, se fez presente à necessidade de identificar os reais interesses do público atendido em relação aos serviços prestados, especialmente no que diz respeito às oficinas sócio-educativas e, aos poucos, foram sendo criadas as oficinas hoje existentes.

Nesta perspectiva, percebe-se que há uma constante preocupação em direcionar as oficinas às exigências do mercado de trabalho, oportunizando não somente qualidade de vida, mas também qualificação profissional ao público-alvo.

A estruturação do INSTITUTO ENGEVIX compreende participação de três elementos essenciais: ESCOLA – FAMÍLIA – COMUNIDADE. Estes três elementos juntos, devidamente articulados, são à base de sustentação de todas as ações desenvolvidas no contexto do programa.

• OBJETIVOS DO INSTITUTO ENGEVIX

O INSTITUTO ENGEVIX tem como objetivo promover, através de um conjunto de ações sócio-educativas, a melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes de baixa renda, visando o reconhecimento e o fortalecimento de sua cidadania, enquanto sujeitos em desenvolvimento.

Objetivo Geral

A linha de trabalho que permeia as ações desenvolvidas pelo INSTITUTO ENGEVIX, é a de buscar continuamente, formas inovadoras de enriquecer o aprendizado e a capacidade criativa de cada criança e adolescente, auxiliando no seu desenvolvimento bio-psico-pedagógico e social e, com isso, prepará-los para o exercício de sua cidadania, assegurando-lhes, assim, os direitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, lei federal n.º 8.069/90 que regulamenta o art. 227 da Constituição Federal. De acordo com o art. 4.º do ECA:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Além dos direitos garantidos pelo ECA, o INSTITUTO ENGEVIX assegura o direito à assistência social, que é garantido pela Constituição Federal em seu art. 203, e regulamentado pela lei n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993 através da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, que tem por

objetivos, entre outros, a proteção à família, à infância e a adolescência (inciso I), o amparo às crianças e adolescentes carentes (inciso II) e a promoção da integração ao mercado de trabalho (inciso III), que se dá por meio de um conjunto articulado de ações de iniciativa pública e da sociedade.

Objetivos Específicos

O INSTITUTO ENGEVIX tem como objetivos específicos no projeto **Jornada Ampliada**:

- Oportunizar o acesso a um conjunto de ações sócio-educativas, por meio de oficinas, propiciando a socialização e o exercício da cidadania;
- Possibilitar uma ação educativa por meio do apoio pedagógico, como complemento às ações das escolas frequentadas pelos mesmos;
- Desenvolver nas crianças e adolescentes a auto-estima, o autoconhecimento, bem como desenvolver seus potenciais e orientar sobre os direitos e deveres do cidadão;
- Proporcionar à criança e ao adolescente um espaço aberto, criativo e estimulador, onde a arte, a cultura, a educação e o lazer possibilitem, gradativamente, o fortalecimento de suas necessidades;

E do Projeto Curso Profissionalizante de Informática:

- Promover a inclusão social e tecnológica por meio da iniciação ao aprendizado da informática;
- Desenvolver conhecimento por meio de *softwares* de escritório mais utilizados;
- Oportunizar uma futura inserção qualificada ao mercado de trabalho.

Para atender aos objetivos do programa, o INSTITUTO ENGEVIX conta com uma equipe multidisciplinar, formada por: assistente social, psicóloga, pedagoga, auxiliar administrativo, educadores entre outros.

A composição do quadro funcional do INSTITUTO ENGEVIX pode ser assim representada:

**QUADRO Nº 2.3
EQUIPE PROFISSIONAL**

N.º de Funcionários	Função	Carga Horária (semanal)
01	Coordenador Geral	20h
01	Assistente Social	40h

01	Psicóloga	40h
01	Coordenadora Pedagógica	40h
04	Técnico pedagógico	40h
01	Professor de Artes	4h
01	Professor de Espanhol	4h
01	Professor de Atividades Físicas	4h
01	Professor de Musica	4h
01	Professor de Capoeira	4h
01	Fonoaudióloga	4h
01	Dentista	8h
01	Auxiliar Adm./Recepcionista	40hs
02	Cozinheira/ Aux. Cozinha	40hs
01	Zelador	40hs
01	Aux. Serviços gerais	40hs

Público alvo

O INSTITUTO ENGEVIX está direcionado ao atendimento de crianças e adolescentes das comunidades de baixa renda do município da Grande Florianópolis. Atualmente o programa abrange uma boa parcela das comunidades que compõem a encosta central do Maciço do Morro da Cruz, comunidades estas predominantemente formadas por famílias em vulnerabilidade social.

Portanto o INSTITUTO ENGEVIX atende crianças e adolescentes em idade escolar, entre 7 e 15 anos incompletos, acolhendo-os de forma adequada, levando-se em conta as especificidades de cada grupo etário.

Para se ter acesso aos Programas do INSTITUTO ENGEVIX, foram estabelecidos alguns critérios básicos:

Para a jornada ampliada – 07 a 14 anos

- **Estar devidamente matriculado em estabelecimento público de ensino e**

- **Estar freqüentando as aulas.**

Para os cursos profissionalizantes/informática – a partir de 15 anos

- **Estar devidamente matriculado em estabelecimento público de ensino e estar freqüentando as aulas ou;**
- **Ter concluído até o 8º ano do ensino fundamental.**

O trabalho em parceria com a escola assume fundamental importância para o desenvolvimento das atividades previstas no INSTITUTO ENGEVIX, na medida em que ocorre uma melhoria no processo de aprendizagem das crianças e adolescentes atendidos, o que reverte em benefícios para todos os envolvidos.

Dentro de sua proposta de jornada ampliada, em que os alunos ficam um período na escola e outro no programa, o INSTITUTO ENGEVIX possui capacidade para atender 92 alunos, distribuídos nos turnos matutino e vespertino e 130 adolescentes e adultos para os cursos profissionalizantes.

A seguir, apresentaremos uma representação do número de crianças e adolescentes atendidos atualmente pelo INSTITUTO ENGEVIX:

QUADRO Nº 3.1
CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DISPONIBILIZADO

NÚMERO DE ALUNOS ATENDIDOS POR FAIXA ETÁRIA E POR MODALIDADE DE ATENDIMENTO	TOTAL DE VAGAS DISPONIBILIZADAS PELO PROGRAMA	TOTAL DE VAGAS OCUPADAS*	
		PERÍODO MATUTINO	PERÍODO VESPERTINO
Crianças 07 -11 anos (jornada ampliada)	46	23	23
Adolescentes 12 – 14 anos (jornada ampliada)	46	23	23
Adolescentes a partir de 15 anos (informática profissionalizante)	120	60	60

- Total de alunos atendidos de acordo com a estrutura da casa.

No ano de 2009, o INSTITUTO ENGEVIX, atendeu no seu projeto de Jornada Ampliada um total de 117 crianças e adolescentes, sendo que existe uma lista de espera de 38 de alunos.

O projeto de Curso Profissionalizante de Informática no ano de 2008 /2009 passou por reformulações, embasadas nas estáticas dos anos anteriores, propondo ampliar as possibilidades de inserção do publico alvo. Assim, iniciaram-se novos cursos com durações e cargas horárias diferenciadas.

Das 120 vagas disponíveis atendeu-se um total de 145 alunos, distribuídos nos turnos matutino e vespertino que acontecem nas dependências da instituição.

• DINAMICA DE ATENDIMENTO DAS AREAS ESPECIFICAS

O atendimento realizado pelo INSTITUTO ENGEVIX ocorre sempre em período oposto ao da escola freqüentada pelas crianças e adolescentes. Estes, por sua vez, são encaminhados pelo Serviço Social do Programa que, através de um levantamento sócio-econômico realizado junto às famílias, possibilita a sua inserção às atividades junto ao projeto.

Além disso, muitas crianças e adolescentes atendidos são encaminhados por órgãos oficiais como **Escolas, Peti – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**, de Florianópolis, pelos **Conselhos Tutelares**, pela **Prefeitura Municipal de Florianópolis** através de seus projetos e programas de acordo com a necessidade de atendimento.

Após a realização do levantamento sócio-econômico, as crianças e adolescentes são submetidos à avaliação psicológica e pedagógica quando necessário.

Caso a criança ou adolescente necessite de atendimento que ultrapasse as possibilidades do programa, os profissionais realizam os devidos encaminhamentos ao mecanismos sócio assistenciais existentes.

Atendimento do Serviço Social

O Serviço Social do INSTITUTO ENGEVIX, na sua prática com crianças e adolescentes e suas famílias, consiste na promoção desses sujeitos, no sentido de oportunizá-los o acesso a um conjunto de atividades que permitam o desenvolvimento e o fortalecimento de sua cidadania.

A prática inclusiva, que possibilite o acesso à educação, à cultura, à convivência familiar e comunitária, o reconhecimento de seus direitos estabelecidos pelo ECA, torna-se, no contexto do exercício profissional do assistente social, elemento primordial para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes atendidos no seu processo.

Levando-se em consideração de que o trabalho do assistente social tem como base o reconhecimento do papel da família no processo de formação e desenvolvimento dos sujeitos, contribui para o fortalecimento dos laços familiares, oportunizando um espaço de socialização e construção de identidades e permitindo a percepção pelos envolvidos no programa como entes participativos e como sujeitos de direitos, além de contribuir com o trabalho multidisciplinar, junto aos demais profissionais do programa.

Sabe-se que os resultados que se pretende atingir demandam esforços articulados e não isolados. Mais ainda, é preciso reconhecer que este é um processo lento, gradual e que requer, acima de tudo, um compromisso de todos que integram o programa, inclusive das famílias, no intuito de promover a melhoria da qualidade de vida dessas crianças e adolescentes.

Estratégias de Ação/Atividades:

- Participação em reuniões de estudo de caso, das decisões e ações da equipe multidisciplinar, colaborando nas questões específicas do campo do conhecimento do Serviço Social;
- Desenvolvimento de trabalhos preventivos no que se refere à área de atuação do Serviço Social;
- Participação de reuniões técnicas e/ou administrativas sempre que necessário e/ou solicitado;
- Prestação de atendimento, sempre que necessário, individualmente ou em grupos, das crianças e adolescentes e suas respectivas famílias que necessitem de atendimento social, buscando enriquecer as trocas, reflexões e conscientização da importância de seus papéis na formação de relações familiares saudáveis;
- Orientação e apoio às famílias das crianças e adolescentes envolvidos com o programa;
- Estabelecimento de vínculo das famílias com o programa, de forma gradativa e processual, envolvendo-as no conjunto das ações do programa;
- Orientação dos demais profissionais sobre o processo de desenvolvimento de cada família como forma de alcançarem maior autonomia;
- Desenvolvimento de parcerias com outros profissionais e instituições públicas e privadas otimizando as ações junto à clientela e possibilitando o exercício de seus direitos de cidadania;
- Encaminhamento das crianças, adolescentes e suas famílias aos serviços adequados, cujas necessidades específicas ultrapassem as possibilidades do programa;

- Aprimoramento e atualização dos conhecimentos através de estudos, participação em congressos, seminários e reuniões;
- Zelar pelo resguardo da ética profissional;
- Contribuir na proposição de ações junto à equipe multidisciplinar, quando necessário, para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo programa.

Atendimento Psicológico

O objetivo deste serviço é prestar atendimento psicológico, individual ou em grupo, sempre que necessário, junto às crianças e adolescentes atendidos pelo programa, bem como as famílias, com intuito de acompanhar o processo cognitivo e emocional de cada um.

Faz-se necessário o conhecimento da dinâmica familiar, sendo os pais convocados a comparecer ao programa como parceiros deste processo. Durante o ano de 2009, visando aprimoramento no atendimento as famílias, a profissional responsável buscou especializar-se na área de Terapia Familiar e de Casal.

Desta forma, contribui para a qualidade dos serviços oferecidos, oportunizando um espaço de resgate de auto-estima e auto-imagem desta clientela, de maneira a conhecer e desenvolver seus potenciais para uma melhor qualidade de vida e conquista de sua cidadania, além de contribuir com o trabalho multidisciplinar, junto aos demais profissionais do programa.

É de responsabilidade dos profissionais de psicologia, encaminhar aos serviços adequados as crianças e adolescentes, bem como as famílias cujas necessidades específicas ultrapassem as possibilidades do Programa.

Atendimento Pedagógico

O objetivo deste serviço é proporcionar às crianças e adolescentes um momento de estudos, onde possam fazer suas tarefas escolares, bem como realizar atividades criadas pelos profissionais do Instituto ENGEVIX, que trabalhem os conteúdos estudados na escola de forma diferenciada, visando contribuir no processo de ensino-aprendizagem e diminuindo as dificuldades daí geradas.

Se necessário, além do atendimento pedagógico, realiza-se atendimento psicopedagógico individual.

Estratégias de Ação/Atividades:

- Orientar e acompanhar as atividades desenvolvidas pelo programa, visando um trabalho organizado e de qualidade, atendendo a crianças e adolescentes;

- Definir os parâmetros de avaliação do desempenho dos alunos atendidos;
- Articular com a escola as ações pedagógicas do programa, de modo a complementar a educação formal;
- Avaliar, observar, acompanhar e orientar alunos e professores, no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem;
- Manter articulação direta e sistemática com os professores das oficinas.

A cada seis meses realiza-se uma avaliação dos alunos, onde há os registros de todos os professores responsáveis pelas oficinas oferecidas pelo programa, sendo apresentada aos pais ou responsáveis para acompanhamento, em reunião semestral.

Sempre que necessário, realiza-se visitas nas escolas regulares de ensino, objetivando articular Escola/Instituto Engevix, visando um melhor atendimento educacional às crianças e adolescentes inseridos no programa.

4.4 - atendimentos Odontológico

O trabalho realizado no Instituto ENGEVIX é de grande relevância, uma vez que é muito importante que as crianças no período de crescimento, aprendam o cuidado básico da saúde oral e geral, o que propiciará o desenvolvimento adequado para uma boa formação individual. Ter saúde está diretamente ligado ao bom desempenho nos relacionamentos, na escola, no trabalho, na vida como um todo.

Deste modo, o Instituto ENGEVIX, através do profissional responsável em Saúde Bucal, apresenta o relatório de atendimento odontológico das crianças referente ao ano de 2009.

Os exames bucais foram realizados em todos os alunos, cada qual possui um prontuário odontológico, onde está registrada toda sua história de saúde oral e geral. Com estes dados, informamos que 93% dos alunos estão com a saúde oral em excelentes condições, livres de patologias bucais.

Segundo o levantamento, neste período, foram atendidas 98 crianças de 7 a 14 anos, onde foram realizadas 163 profilaxias, 39 restaurações de baixa complexidade, 22 restaurações de

alta complexidade, 5 tratamentos de canais, 34 extrações dentárias. Também foram feitas escovações monitoradas com revelador de placa e orientação em saúde oral e geral para pais e crianças ligadas ao instituto ENGEVIX.

O resultado do trabalho realizado neste ano de 2009 é visível no sorriso e na conscientização das nossas crianças.

4.5 - Atendimentos Fonoaudiológico

A atuação fonoaudiológica no Instituto Engevix – Prese tem como objetivo habilitar, reabilitar, prevenir e tratar os distúrbios da linguagem oral e escrita, fala, voz, audição e motricidade orofacial, promovendo o aperfeiçoamento dessas áreas, proporcionando aos alunos matriculados nessa instituição, bem como os funcionários e cooperadores, uma comunicação mais efetiva.

Os alunos que apresentam maiores dificuldades percebidas pelos profissionais do instituto, estão em tratamento individual, sendo que os outros alunos estão participando de uma triagem preventiva e diagnosticadora.

Com relação aos professores e demais funcionários, o enfoque maior será relativo à voz, tendo em vista que esse fator é de grande importância para a comunicação. Capacitá-los por meio de palestras quanto ao conhecimento da Fonoaudiologia e sua atuação, com o objetivo de proporcionar uma maior interação entre os demais profissionais a fim de identificar futuros problemas nos alunos.

Para compor as sessões de terapia com as crianças e adolescentes, estão sendo utilizados, além das atividades específicas, recursos de acordo com cada idade, como músicas, teatro, softwares, e etc., com a finalidade de desenvolver, estimular e adequar a linguagem e fala.

É de grande importância o trabalho feito pelo Instituto Engevix, tendo em vista que há grandes dificuldades de aprendizado, fala e linguagem em crianças na fase escolar, as quais merecem uma atenção especial no desenvolvimento físico e intelectual.

ESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA

Para atender aos seus objetivos, o INSTITUTO ENGEVIX encontra-se estruturado a partir de oficinas educativas e profissionalizantes.

A seguir descrevem-se as atividades previstas em cada oficina:

Oficinas educativas

Estas oficinas visam auxiliar no desenvolvimento bio-psico-pedagógico e social das crianças e adolescentes atendidos, através de um conjunto de ações que contemplem a sua integralidade e que sirvam de sustentação ao exercício da sua cidadania. As oficinas educativas encontram-se divididas em:

- Musica;
- Espanhol;
- Capoeira;
- Inserção digital;
- Artes;
- Atividade Física;
- Apoio Pedagógico.

7 – AÇÕES 2009

Desenvolveram-se no período de março a dezembro de 2009 as seguintes atividades:

7.1 PARCERIAS

INSTITUIÇÃO PARCEIRAS	AÇÕES
SESC MESA BRASIL	Doações semanais de produtos alimentícios, para consumo próprio e distribuição para famílias;
MASSITA	Fornecimento de macarrão semanal;
BHATEL TELECOMUNICAÇÕES	Central telefônica

BRASIL TELECOM	Linha telefônica
HIPPO SUPERMERCADOS	Parcerias pontuais, na colaboração dos eventos festivos organizados anualmente.
CASA MÜELLER PANIFICAÇÃO	
HABBIB'S	
PATRICIA GOEDERT	
AFLOV	
PESSOAS FISICAS	

7.1.1 VOLUNTÁRIOS

INSTITUIÇÃO PARCEIRA	SERVIÇOS PRESTADOS
*IVA – INSTITUTO VOLUNTÁRIOS EM AÇÃO	Nutricionista e Design

* A partir do cadastro realizado ao site voluntários on-line, recebeu-se o suporte dos profissionais.

7.2 – CAMPANHAS

7.2.1 CAMPANHA DO AGASALHO*

COLABORADORES	DOAÇÕES
PESSOAS FISICAS	Contabilizou-se um total de 900 peças de roupas, distribuídas as famílias atendidas pelo projeto Jornada Ampliada.
COLABORADORES EMPRESA ENGEVIX	

*Organizado pelo Serviço Social

7.2.2 CAMPANHA PARA FESTA DO DIA DAS CRIANÇAS

COLABORADORES	DOAÇÕES
PESSOAS FISICAS	Doações de doces

COLABORADORES EMPRESA ENGEVIX FLORIANOPOLIS	Doações de brinquedos
--	-----------------------

7.2.3 CAMPANHA PARA FESTA DE NATAL

COLABORADORES	DOAÇÕES
PESSOAS FISICAS	Doações de Cestas Básicas
COLABORADORES EMPRESA ENGEVIX FLORIANOPOLIS	Doações de 92 Kits escolares

8 – RESULTADOS ALCANÇADOS

É visível no dia-a-dia do Instituto Engevix a transformação da realidade das crianças e adolescentes e suas famílias atendidas. Entre muitos pontos observados no decorrer do desenvolvimento do trabalho, alguns são destacados:

- Aumento considerável de interessados em ingressar nos Projetos, tendo em vista a procura e a lista de espera existente;
- Reconhecimento e encaminhamentos de outros serviços da rede de assistência social de Florianópolis.
- Baixo grau de desistência dos alunos nos Projetos;
- Legitimidade e reconhecimento da comunidade, escolas e famílias atendidas em relação à excelência dos serviços prestados;
- Redução do número de crianças e adolescentes em situação de risco, por permanecerem em atividades no período oposto ao escolar;
- Considerável crescimento pessoal e desenvolvimento de potencialidades a partir do atendimento psicológico individual e orientação familiar;
- Significativo envolvimento da família nas questões relacionadas ao resgate da auto-estima, comportamento e orientação na imposição de limites dos alunos;
- Aumento da produtividade na execução das tarefas da escola e das atividades elaboradas no Instituto;
- Melhoria na qualidade da leitura e escrita, principalmente dos alunos em séries iniciais, a partir do atendimento psicopedagógico;

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.097, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.

[Mensagem de veto](#)

Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 402, 403, 428, 429, 430, 431, 432 e 433 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#), passam a vigorar com a seguinte redação:

"[Art. 402](#). Considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de quatorze até dezoito anos." (NR)

"....."

"[Art. 403](#). É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos." (NR)

"Parágrafo único. O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola." (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada."

"[Art. 428](#). Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação." (NR) ([Vide art. 18 da Lei nº 11.180, de 2005](#))

"§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica." (AC)*

"§ 2º Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora." (AC)

"§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos." (AC)

"§ 4º A formação técnico-profissional a que se refere o caput deste artigo caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho." (AC)

"[Art. 429](#). Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional." (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada."

"§ 1º-A. O limite fixado neste artigo não se aplica quando o empregador for entidade sem fins lucrativos, que tenha por objetivo a educação profissional." (AC)

"§ 1º As frações de unidade, no cálculo da percentagem de que trata o caput, darão lugar à admissão de um aprendiz." (NR)

"[Art. 430](#). Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, a saber:" (NR)

"I – Escolas Técnicas de Educação;" (AC)

"II – entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente." (AC)

"§ 1º As entidades mencionadas neste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados." (AC)

"§ 2º Aos aprendizes que concluírem os cursos de aprendizagem, com aproveitamento, será concedido certificado de qualificação profissional." (AC)

"§ 3º O Ministério do Trabalho e Emprego fixará normas para avaliação da competência das entidades mencionadas no inciso II deste artigo." (AC)

"[Art. 431](#). A contratação do aprendiz poderá ser efetivada pela empresa onde se realizará a aprendizagem ou pelas entidades mencionadas no inciso II do art. 430, caso em que não gera vínculo de emprego com a empresa tomadora dos serviços." (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada;"

"c) revogada."

"Parágrafo único." ([VETADO](#))

"[Art. 432](#). A duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada." (NR)

"§ 1º O limite previsto neste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica." (NR)

"§ 2º Revogado."

"[Art. 433](#). O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar dezoito anos, ou ainda antecipadamente nas seguintes hipóteses:" (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada."

"I – desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;" (AC)

"II – falta disciplinar grave;" (AC)

"III – ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; ou" (AC)

"IV – a pedido do aprendiz." (AC)

"Parágrafo único. Revogado."

"§ 2º Não se aplica o disposto nos arts. 479 e 480 desta Consolidação às hipóteses de extinção do contrato mencionadas neste artigo." (AC)

Art. 2º O art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

"§ 7º Os contratos de aprendizagem terão a alíquota a que se refere o caput deste artigo reduzida para dois por cento." (AC)

Art. 3º São revogados o [art. 80](#), o [§ 1º do art. 405](#), os [arts. 436 e 437 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT](#), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Francisco Dornelles

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 20.12.2000